



Casa da Imprensa

RELATÓRIO E CONTAS 2023



Casa da Imprensa
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

RELATÓRIO E CONTAS 2023

ÍNDICE

ÍNDICE	2		
A	3		
RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO	3		
1. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	3		
2. 2. ÂMBITO.....	3		
3. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR.....	3		
B	4		
RELATÓRIO DE GESTÃO	4		
1. PERSPETIVA.....	5		
2. ASSOCIADOS.....	6		
<i>Movimento de associados</i>	6		
<i>Associados falecidos</i>	8		
<i>Subscritores das modalidades mutualistas e dos planos de proteção complementar</i>	8		
3. SAÚDE.....	9		
<i>Consultas internas</i>	10		
<i>Cirurgia de ambulatório</i>	10		
<i>Convénios diretos</i>	10		
<i>Rede Advancecare</i>	11		
<i>Serviço de Assistência Médica Noturna / Serviço de Saúde ao Domicílio</i>	11		
<i>Internamento hospitalar</i>	11		
4. AÇÃO SOCIAL.....	11		
<i>Subsídio de parentalidade, bolsas de estudo e subsídio por morte</i>	12		
<i>Comparticipação de quotas</i>	13		
			<i>Pensões complementares de reforma e sobrevivência (FASC)</i>
			13
		5. INICIATIVAS CULTURAIS E ATIVIDADE ASSOCIATIVA..	14
		6. FINANÇAS.....	15
		<i>Resultados das modalidades mutualistas</i>	15
		<i>Proveitos e custos das modalidades mutualistas</i>	15
		<i>Fundos de reserva das modalidades mutualistas</i>	17
		<i>Fundos autónomos</i>	17
		<i>Valor patrimonial dos fundos autónomos</i>	18
		<i>Estrutura da carteira de aplicações financeiros</i>	18
		<i>Consignação fiscal, doações e donativos</i>	18
		<i>Despesas de representação</i>	19
		<i>Processos judiciais</i>	19
		7. PRINCIPAIS INDICADORES.....	20
		8. AGRADECIMENTOS.....	20
		9. PROPOSTAS.....	20
		<i>Aplicação de resultados</i>	20
		<i>Rendimento complementar da Modalidade de Previdência-Reforma</i>	21
		<i>Outras propostas</i>	21
		C	22
		DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	22
		D	30
		ANEXO	30
		PARECER DO CONSELHO FISCAL	43
		1. PARECER.....	43

A

RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Goulart Machado
1.º Secretário: Eunice Lourenço
2.º Secretário: José Mário Costa
Suplentes: Cláudia Monteiro
Manuel Carlos Freire
Hélder Carvalho Martins

Conselho de Administração

Presidente: António Borga
Vice-Presidente: Luísa Bessa Coelho
Vogal: José Fragoso
Vogal: Waldemar Abreu
Vogal: Júlio Roldão
Suplentes: João Teixeira
Paula Ferreira
Luísa Melo
Elsa Alves

Conselho Fiscal

Presidente: Helena Garrido
Secretário: Sónia Santos Pereira
Relator: Sérgio Aníbal
Suplentes: Luís Villalobos
Luís Reis Pinto
Lurdes Ferreira

Conselho Geral

Membros eleitos em efetividade de funções

Eugénio Alves
José António Santos
Cesário Borga
Eduardo Oliveira e Silva
Áurea Sampaio
Carlos Lobato
Rui Peres Jorge
Ana Mafalda Inácio
Ribeiro Cardoso ⁽¹⁾
Paula Torres de Carvalho
António Marujo
Fernanda Mestrinho

⁽¹⁾ Em efetividade de funções até 23 de março, data do seu falecimento

Suplentes: Inês Rapazote
Vitor Ribeiro
Nuno Ribeiro

2. 2. ÂMBITO

A Casa da Imprensa – Associação Mutualista tem a sua origem na Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa criada em 24 de abril de 1905, tendo esta denominação sido alterada em 1935 para Caixa dos Profissionais da Imprensa de Lisboa. A designação atual, Casa da Imprensa – Associação Mutualista, foi adotada e reconhecida em 1992, ano em que se concretizou a integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas, através da Portaria n.º 506/92, de 19 de junho.

A Casa da Imprensa é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, com a natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, e cujos fins fundamentais consistem na concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados, conforme estatutos aprovados em 2021.

3. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

A Casa da Imprensa subordina-se à legislação geral aplicável às associações mutualistas, encontrando no Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto) a sua matriz de referência.

Como regulamentos próprios rege-se pelos:

– Estatutos, aprovados em reuniões extraordinárias da Assembleia Geral realizadas em 15 de outubro de 2019 e 21 de maio de 2021. Registo definitivo lavrado pelo averbamento n.º 49, à inscrição n.º 16/81, a fls. 102 do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar, por despacho de 23 de agosto de 2021 da subdiretora-geral da Segurança Social;

– Regulamento de Benefícios, aprovado em reuniões extraordinárias da Assembleia Geral realizadas em 15 de outubro de 2019 e 21 de maio de 2021 e alterado parcialmente em reunião extraordinária da Assembleia Geral realizada em 19 de dezembro de 2022. Registado pela Direção Geral da Segurança Social por despacho de 14 de abril de 2023, pelo averbamento n.º 52, à inscrição 16/81 a fls.115 do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar.

B

RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Casa da Imprensa – Associação Mutualista submete à aprovação dos associados o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2023.

Além do balanço global, que perspetiva a orientação do trabalho realizado (*Secção B, ponto 1, pág. 5*), o Relatório apresenta, de modo detalhado, factual e objetivo, o que no entender do Conselho de Administração caracterizou a atividade desenvolvida ao longo do ano, para a sua avaliação pelos associados, e a proposta de aplicação de resultados (*pontos 2 a 9, pág. 6 e seguintes*).

As demonstrações financeiras (*Secção C, pág. 22 e seguintes*) adotam o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), como acontece desde o relatório relativo ao exercício de 2012, garantindo assim a comparação em todos os aspetos significativos com os valores dos exercícios anteriores.

Os factos e valores relativos a exercícios anteriores a 2023 são, sempre que disponíveis, os que constam dos relatórios de gestão e demonstrações financeiras dos exercícios respetivos, sujeitos a auditoria independente e aprovados pela Assembleia Geral.

No Anexo ao Relatório de Gestão (*Secção D, pág. 30 e seguintes*) são explicitados os conceitos da política contabilística.

O Relatório foi submetido à apreciação independente do Revisor Oficial de Contas, que emitiu a declaração respetiva. As demonstrações financeiras e o anexo foram auditados pelo ROC.

O Relatório é distribuído com o *Parecer do Conselho Fiscal*, emitido nos termos estatutários (*Secção E, pág. 43*).

1. PERSPETIVA

Se há coisa a que é difícil fugir ao caracterizar o ano de 2023 é à repetição do qualificativo contraditório usado na abertura do Relatório de 2022. É verdade que os aspetos positivos se afirmaram com maior clareza no ano que passou, como mostra o facto de o exercício apresentar, ele próprio, resultados positivos, ao contrário dos anos mais recentes.

No entanto, se considerarmos a sustentabilidade das condições de acesso aos benefícios proporcionados às associadas e associados da Casa da Imprensa através do Cartão de Saúde, a preocupação suscitada pelos factos e tendências registados também se agravou de forma significativa.

Os aspetos positivos não são despidiendos e é importante afirmá-los.

Os rendimentos prediais mantiveram-se estáveis, com base nos valores atingidos em finais de 2022, os quais, recorde-se, são os melhores de sempre.

Os Serviços Clínicos da Casa da Imprensa continuaram a dar resposta a um número crescente de consultas e somámos mais uma especialidade (Psiquiatria) à oferta existente. O acesso ao SNS, com os condicionalismos conhecidos, continuou a permitir medicamentos e exames nas condições vantajosas de participação.

Não confirmando o que, por prudência, prevíamos, as admissões superaram as do ano anterior e o saldo líquido saldou-se em mais um aumento do número de associados, embora as desistências, muitas delas devidas à crise que atinge o setor, se tivessem situado acima da média da última década. Mais positivo teria sido o saldo se não tivéssemos a lamentar, pelo quarto ano consecutivo, um número de mortes (22) muito superior à média dos anos pré COVID. O apoio social confirmou a importância acrescida que tem assumido para dezenas de associadas e associados, seja em situações de desemprego e em casos de ausência de rede familiar de apoio, seja pela atribuição, nos termos estatutários, de subsídios, como os subsídios de parentalidade e as bolsas de estudo.

A atividade cultural e a intervenção na vida do setor, em colaboração com o Sindicato dos Jornalistas (SJ) e o Clube dos Jornalistas (CJ), foi

intensa e produziu iniciativas marcantes. Sob este aspeto, destaca-se o acompanhamento da organização do V Congresso dos Jornalistas ao longo do ano, referido na pág.14. Aí enumeramos, também, o rico e diversificado programa de exposições que foi possível cumprir e que contemplou géneros como o cartoon de imprensa, o fotojornalismo e as artes plásticas, além de eventos da história contemporânea merecedores de memória reavivada. O Coro da Casa da Imprensa fez a sua apresentação pública em dois concertos.

O saldo positivo dos resultados operacionais da Casa da Imprensa, com tudo o que tem sido possível oferecer no âmbito da solidariedade associativa, não nos permite, todavia, concluir que o acesso aos benefícios da rede de prestadores privados através do Cartão de Saúde se encontra garantido nas atuais condições. O recurso ao Cartão de Saúde, pensado para complementar o SNS, tornou-se preferencial para muitas e muitos associados. Tal facto deve-se, em grande parte, às dificuldades criadas ao serviço público de saúde, quer por opções políticas, quer pelos efeitos extraordinários da pandemia do COVID, a qual, embora pareça ter caído no esquecimento coletivo, continua a fazer sentir os seus efeitos na saúde da população e, naturalmente, de uma parte significativa das nossas e dos nossos associados. Se somarmos esta situação ao forte inflacionamento dos preços no setor privado da saúde, temos o conjunto de fatores que invalidou as previsões subjacentes ao plano de reequilíbrio financeiro da modalidade de saúde, aprovado em dezembro de 2022, mas que só pôde entrar em vigor em junho de 2023, após registo na tutela. As reservas de que dispomos e o contrato de seguro que acautela a modalidade de saúde, de subscrição opcional, permitem-nos enfrentar a situação desde que adotemos as medidas necessárias à correção dos desequilíbrios. Não deixaremos de as propor, oportunamente, em colaboração com os restantes órgãos sociais. O Conselho de Administração pede a todos os associados uma leitura atenta e crítica deste Relatório, apelando, como tem sido regra, para o espírito mutualista que nos deve unir e identificar.

2. ASSOCIADOS

Movimento de associados

Em 31 de dezembro de 2023 a Casa da Imprensa tinha 2443 associados inscritos, mais 14 (+0,6%) do que no final de 2022.

Ao longo do ano foram admitidos 120 candidatos (111 em 2022), o equivalente a 4,9 por cento do número total de associados que estavam registados no final do ano anterior.

Durante o ano faleceram 22 associados (21 em

2022) e 73 cancelaram a inscrição (40 em 2022). Foram eliminados 11 associados (6 em 2022) por terem deixado de pagar as quotas.

O quadro seguinte sintetiza o movimento de entradas e saídas durante o ano, a distribuição da massa associativa por categorias e as relações de parentesco:

MOVIMENTO DE ASSOCIADOS

Movimento de Associados	31/12/2022	Movimento entre as datas					31/12/2023
		Admitidos	Falecidos	Eliminados	Desistiram	Readmitidos / Mudaram categoria	
Associados efectivos	1 136	32	16	6	25	1	1 122
Associados participantes	1 293	88	6	5	48	-1	1 321
Familiares de associados efectivos	762	25	4	1	19	-30	733
Cônjuges	311	11	2	0	7	-9	304
Cônjuges sobrevivivos	50	0	2	0	0	5	53
Ascendentes	5	0	0	0	0	0	5
Filhos	396	14	0	1	12	-26	371
Outros associados participantes	423	35	1	3	22	31	463
Familiares de Outros associados participantes	102	28	1	1	7	-2	119
Cônjuges	44	13	1	0	5	-2	49
Ascendentes	7	0	0	0	0	0	7
Filhos	51	15	0	1	2	0	63
Associados pensionistas do FASC	6	0	0	0	0	0	6
Total Associados	2 429	120	22	11	73	0	2 443

Do total de associados, 1122 (45,9%) eram efetivos (jornalistas no ativo ou na reforma) e 1321 (54,1%) eram participantes.

Entre os participantes, 733 (30,0% do total de associados) eram familiares de associados efetivos. Os jornalistas e seus familiares representavam assim 75,9% do total de associados (78,1% em 2022).

Na distribuição por género, o número de associadas ultrapassa o de associados, o que acontece desde 2018. No final de 2023 eram 1247, 51,0% do total de inscritos.

Por classes etárias, quase dois terços dos inscritos (1584 associados, ou 64,8% do total) tinham idades compreendidas entre os 19 e os 65 anos. Com menos de 19 anos estavam inscritos 259 associados (10,6% do total), sendo 600 os maiores de 65 anos (24,6%).

Comparativamente com o ano anterior, há um decréscimo de jovens (-10) e um acréscimo de

seniores (+15). O escalão entre os 19 e os 65 anos tem mais 9 associados.

A média de idades, no conjunto dos associados, era de 50,63 anos (50,01 anos em 2022). Nas 120 novas inscrições registadas em 2023 a média de idades foi de 40,31 anos (40,26 anos em 2022).

A distribuição geográfica dos associados por área de residência quase não apresenta alterações relativamente aos anos anteriores.

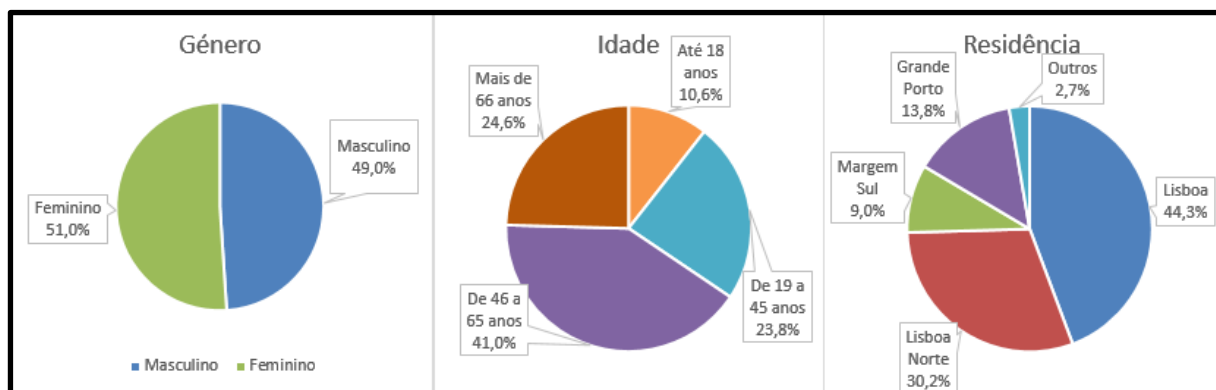
Quatro em cada cinco associados (83,5%) residem na área metropolitana de Lisboa. No concelho de Lisboa moram 1082 associados (44,3% do total); nos concelhos de Oeiras, Cascais, Sintra, Amadora, Odivelas e Loures, 739 (30,2%); e na Margem Sul, 219 (9,0%).

Na região do Grande Porto residem 337 associados (13,8% do total de associados). Fora das regiões anteriormente mencionadas residem 66 associados, o correspondente a 2,7% do total de

associados.

Os gráficos seguintes mostram a distribuição de

associados por género, escalão etário e área de residência.



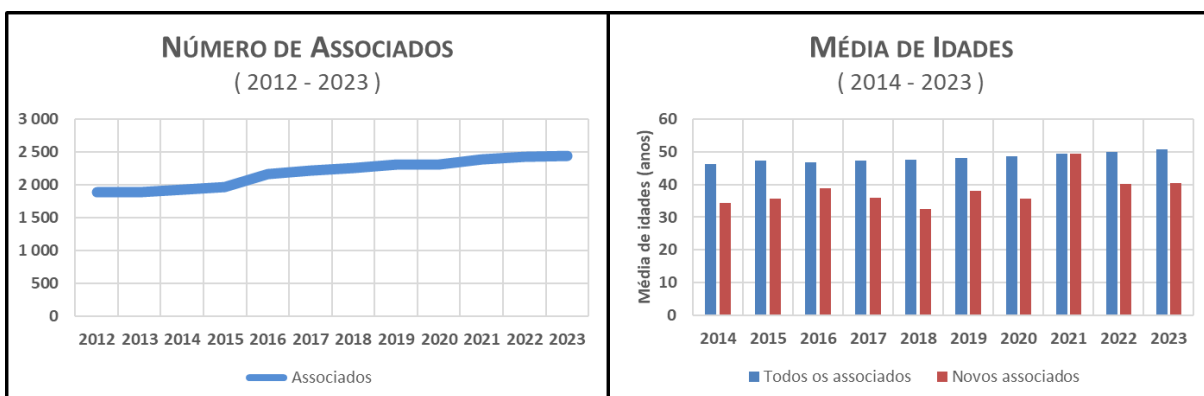
Nos últimos dez anos, o número de associados só não cresceu em 2020, o ano da pandemia, quando se registou menos um inscrito do que no ano anterior.

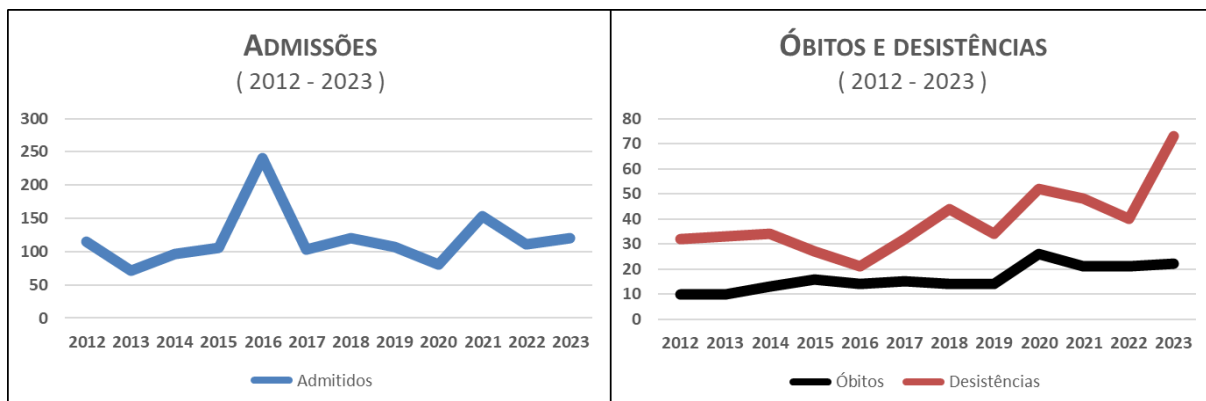
Em 2023 o número de admissões (120) voltou a ser superior à média da década, apenas ultrapassado em 2016 e 2021 (com 241 e 153 admissões, respetivamente, na sequência da melhoria de benefícios trazida pela revisão dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios e pela abertura de períodos extraordinários que permitiram novas adesões sem limite de idade.

O número de desistências foi o mais alto dos últimos 12 anos e o número de óbitos mantém-se muito elevado desde o início da pandemia de

covid-19. Entre 2010 e 2019 o número médio de óbitos, por ano, foi de 13, mas registaram-se 26 mortes em 2020 (o dobro), 21 em 2021 e 2022 e 22 em 2023 (ainda 50% acima da média dos anos anteriores à pandemia).

A conjugação destes indicadores com a inscrição de novos associados tem resultado num aumento moderado da média de idades do conjunto de todos os associados. Em nove anos, a média de idades de todos os associados aumentou 4,4 anos, passando de 46,2 anos em 2014 para 50,6 anos em 2023, porque a média de idades dos novos associados admitidos em cada ano foi sempre inferior entre 10 e 12 anos à média de idades dos associados pré-existentes.





Associados falecidos

Durante o ano faleceram 22 associados, a cuja memória o Conselho de Administração aqui presta homenagem.

O quadro seguinte identifica os associados falecidos, os seus números de inscrição e as datas dos óbitos:

ASSOCIADOS FALECIDOS EM 2023

Nome	N.º de Associado	Categoria de Associado	Data do falecimento
José Luís Fernandes D'Oliveira Nunes	20	Efectivo	28/05/2023
Albino Ribeiro Cardoso	74	Efectivo	23/03/2023
Jaime Saint Maurice	83	Efectivo	22/09/2023
António Manuel Lança Vinagre	93	Efectivo	05/08/2023
Iqbal Ahmed	109	Efectivo	12/02/2023
Maria Antónia Correia Ribeiro Fiadeiro	163	Efectivo	31/03/2023
António Manuel Fraga da Silveira Viana	168	Efectivo	11/02/2023
Manuel Celso Rodrigues de Matos	174	Efectivo	26/06/2023
Adulcino José Lucas Silva	205	Efectivo	09/03/2023
António Manuel Oliveira Fontoura	582	Efectivo	28/06/2023
José Pedro Inácio Figueiredo	820	Efectivo	24/02/2023
Teresa Sofia Lopes Alves	1248	Efectivo	30/05/2023
João Joaquim Alferes Gonçalves	1684	Efectivo	03/08/2023
Maria Etelvina da Silva Botão Alves	5001	Cônjuge Sobrevivo	24/05/2023
Maria Berta Rodrigues Handel Oliveira	5008	Cônjuge sobrevivivo	15/08/2023
Lucília Rosa Carneiro Afonso	5095	Familiar Cônjuge	16/02/2023
Maria da Conceição Amaro Knopfli	5736	Familiar Cônjuge	09/05/2023
Miguel Ribeiro dos Reis	6294	Efectivo	05/10/2023
Diogo Schmidt Vasconcelos	6623	Participante	07/07/2023
Nuno Miguel Vitorino da Silva	6657	Efectivo	21/04/2023
Hernâni Monteiro dos Santos Cavalheiro	7346	Efectivo	13/01/2023
Maria Alda Teixeira Simões	7475	Participante Cônjuge	20/04/2023

Subscritores das modalidades mutualistas e dos planos de proteção complementar

Em 31 de dezembro 57 associados da Casa da Imprensa não eram subscritores da modalidade de Saúde (S), de acordo com a possibilidade introduzida com as alterações ao Regulamento de Benefícios em vigor desde 1 de junho.

Dos 2386 subscritores da modalidade de Saúde, 623 (um quarto do total) beneficiavam apenas do Plano de Proteção Base, mas a maioria (1763 associados) já subscrevia o Plano de Proteção Complementar de Internamento Hospitalar.

Eram mais 145 (+9,0%) do que no ano anterior, abrangendo agora 72,2% do total de associados (66,6% em 2022).

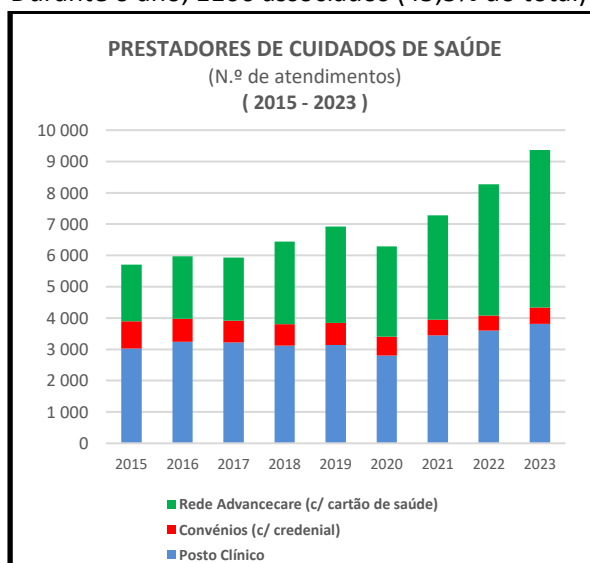
Ainda dentro desta modalidade, 580 associados (mais 26,4% do que no ano anterior) subscreveram o Plano de Proteção Complementar de Saúde Oral e 1096 (+67,3%) já tinham aderido ao Plano de Proteção Complementar de Exames e Tratamentos. O Serviço de Assistência Médica Noturna, de subscrição gratuita (ver mais informação na pág. 11), tinha 1506 aderentes (mais 31,4% do que no ano anterior).

A modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) tinha 596 subscrições ativas em dezembro de 2023, menos 15 do que em 2022.

3. SAÚDE

Os Serviços Clínicos e a modalidade de Saúde da Casa da Imprensa proporcionaram aos associados, em 2023, o acesso a 9363 consultas, exames e tratamentos em regime ambulatorio e a 131 internamentos hospitalares, incluindo dois partos. Foram mais 1094 atendimentos do que no ano anterior (+13,2%).

Durante o ano, 1106 associados (45,3% do total)



A nova modalidade de Previdência-Reforma (PR) teve duas novas subscrições em 2023, um crescimento de 3,4% relativamente ao ano anterior. Um pouco mais de metade dos subscritores desta modalidade tinham a opção complementar de Capital de Risco, que em caso de morte ou incapacidade absoluta e definitiva garante o pagamento de um capital no mínimo equivalente ao somatório de todas as quotas liquidadas ou previstas até que se atinja a idade normal de reforma.

SUBSCRIÇÕES ATIVAS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS E DOS PLANOS DE PROTEÇÃO COMPLEMENTAR

Modalidades e planos de proteção complementar	31/12/2023	31/12/2022	Dif.ª	
			(N.º)	(%)
Solidariedade Associativa	2443	2429	14	0,6%
Saúde	2386	2429	-43	-1,8%
Internamento Hospitalar	1763	1618	145	9,0%
Exames e Tratamentos	1096	655	441	67,3%
Saúde Oral	580	459	121	26,4%
Assistência Médica Noturna	1506	1146	360	31,4%
Capitais por Morte	596	611	-15	-2,5%
Previdência-Reforma	60	58	2	3,4%
Capital de Risco	31	30	1	3,3%

ATIVIDADE GERAL DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

ATENDIMENTOS	2023	2022	Dif.ª	
			(N.º)	(%)
Posto clínico da Casa da Imprensa (consultas e pequenas cirurgias)	3 819	3 596	223	6,2%
Convénios (c/ credencial)	522	485	37	7,6%
Rede Advancecare (ambulatório e internamento hospitalar (c/ Cartão de Saúde)	5 022	4 188	834	19,9%
Total de atendimentos	9 363	8 269	1 094	13,2%

tiveram pelo menos uma consulta ou pequena cirurgia no posto clínico da Casa da Imprensa (Lisboa e Porto) ou solicitaram credenciais para exames, tratamentos e *consultas externas* (ao abrigo de *convénios*). E pelo menos 1146 associados utilizaram o *cartão de saúde* para acedem a consultas programadas ou de urgência e para exames e tratamentos em regime ambulatorio ou para internamento na rede nacional da Advancecare.

Mais de 40 por cento (40,8%) dos atendimentos foram realizados no posto clínico da associação; 5,6% em prestadores com *convénio* direto com a Casa da Imprensa (com *credencial*); e 53,6% na rede Advancecare (com o *cartão de saúde*).

O nível de atividade, medido pelo número de atendimentos (principalmente consultas) ultrapas-

sou o registado antes da pandemia de Covid-19 em 2020 e é agora o mais elevado desde a extinção do Subsistema de Saúde dos Jornalistas (2007) e da

adoção do atual modelo mutualista da Casa da Imprensa, em 2009.

Consultas internas

Nos Serviços de Saúde da Casa da Imprensa (Lisboa e Porto) realizaram-se 3767 consultas, mais 226 (+6,4%) do que em 2022 (*ver quadro*).

Durante o ano estiveram disponíveis as especialidades de Medicina Geral e Familiar (Clínica Geral), Cirurgia Geral, Dermatologia, Ginecologia e Obstetrícia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Urologia e, após uma suspensão de vários anos, Psiquiatria. Além das especialidades médicas, realizaram-se também consultas de Psicoterapia e Nutrição.

A Medicina Geral e Familiar (ou Clínica Geral)

continua a ser a especialidade mais procurada, com 2171 consultas, menos 13 (-0,6%) do que no ano anterior.

Nas restantes especialidades (médicas e não médicas) a tendência foi a inversa, registando-se um crescimento de 17,6% no número de consultas (mais 239). Destas especialidades, a Psicologia (404 consultas) continuou sendo a mais procurada, seguindo-se, por ordem decrescente, Dermatologia (199), Oftalmologia (191), Otorrinolaringologia (145) e Ginecologia e Obstetrícia (119).

CONSULTAS INTERNAS – POSTO CLÍNICO (LISBOA E PORTO)

Especialidades	Lisboa				Porto				Total			
	2023	2022	Dif. ^a		2023	2022	Dif. ^a		2023	2022	Dif. ^a	
			N.º	%			N.º	%			N.º	%
Clínica Geral	1 965	1 928	37	1,9%	206	256	-50	-19,5%	2 171	2 184	-13	-0,6%
Outras Especialidades	1 540	1 305	235	18,0%	56	52	4	8%	1 596	1 357	239	17,6%
Total	3 505	3 233	272	8,4%	262	308	-46	-14,9%	3 767	3 541	226	6,4%

Cirurgia de ambulatório

No posto clínico foram feitas 52 pequenas cirurgias, menos três do que em 2022. A maioria (42) fez-se no âmbito da consulta da especialidade de Dermatologia. O quadro junto mostra o número de pequenas cirurgias realizadas durante o ano.

PEQUENAS CIRURGIAS - POSTO CLÍNICO (LISBOA)

Especialidades	Lisboa			
	2023	2022	Dif. ^a	
			N.º	%
Dermatologia	42	45	-3	-6,7%
Outras Especialidades	10	10	0	0,0%
Total	52	55	-3	-5,5%

Convénios diretos

Em 2023 foram emitidas 522 *credenciais* para *consultas externas*, exames e tratamentos ao abrigo de *convénios diretos* com a Casa da Imprensa. Em comparação com o ano anterior, foram mais 27 atendimentos (+5,5%), interrompendo-se a tendência de baixa registada desde que, com a distribuição do *cartão de saúde*, os associados passaram a ter acesso à rede nacional da AdvanceCare, com mais de 18 mil prestadores de cuidados de saúde.

A especialidade mais procurada nos *convénios* continua a ser a Estomatologia, com 58,4% do total de credenciais emitidas a nível nacional. No Porto, o peso desta especialidade é ainda maior, atingindo 69,7% do total de credenciais emitidas pela Delegação (48,8% em Lisboa).

O quadro seguinte (*pág. 11*) indica o número de credenciais emitidas para prestadores de serviços de Lisboa e do Porto em 2023 e 2022 ao abrigo de *convénios*.

CONVÉNIOS - CONSULTAS EXTERNAS, EXAMES E TRATAMENTOS (LISBOA E PORTO)

	Lisboa				Porto				Total			
	2023	2022	Dif. ^a		2023	2022	Dif. ^a		2023	2022	Dif. ^a	
			N.º	%			N.º	%			N.º	%
Total	281	251	30	12,0%	241	244	-3	-1,2%	522	495	27	5,5%

Rede Advancecare

Durante o ano, 1146 associados tiveram acesso a cuidados de saúde em regime ambulatorio na Rede Advancecare.

Com a utilização do *cartão de saúde* realizaram-se 5022 consultas, exames ou tratamentos, a que corresponderam 11 358 atos médicos. Em comparação com o ano anterior, foram mais 166 associados (+16,9%), mais 1047 consultas, exa-

mes ou tratamentos (+26,3%), e mais 1405 atos médicos (+14,1%).

O crescimento do número de atendimentos e atos médicos na rede Advancecare tem acompanhado o aumento do número de subscrições do Plano de Proteção Complementar de Exames e Tratamentos e do número de associados que utiliza este plano (mais 63,5% em 2023).

ACESSO À REDE ADVANCECARE EM REGIME AMBULATORIO

Associados				Consultas				Atos médicos			
2023	2022	Dif. ^a		2023	2022	Dif. ^a		2023	2022	Dif. ^a	
		(N.º)	(%)			(N.º)	(%)			(N.º)	(%)
1 146	980	166	16,9%	5 022	3 975	1 047	26,3%	11 358	9 953	1 405	14,1%

Serviço de Assistência Médica Noturna / Serviço de Saúde ao Domicílio

Em 2023 mais 360 associados subscreveram o serviço de Assistência Médica Noturna, elevando para 1506 o número de aderentes a este serviço (61,6% do total de associados).

O serviço de Assistência Médica Noturna (AMN) foi reestruturado no final do ano, adotando agora a designação de Serviço de Saúde ao Domicílio. Trata-se de um serviço da APM/RedeMut (a Associação Portuguesa de Mutualidades, de que a Casa da Imprensa faz parte) e que no plano operacional é prestado através da Residências Montepio – Serviços de Saúde, S.A..

O serviço dá acesso a consultas de medicina geral e enfermagem e tratamentos de fisioterapia no domicílio, 24 horas por dia, todos os dias do ano, com preços que variam entre os 10 e os 15 euros. Garante também aconselhamento médico telefónico, gratuito, e, em caso de urgência, o transporte ao hospital da área de residência.

A adesão ao serviço é gratuita, mas obriga a uma subscrição prévia através de formulário disponível na página da Casa da Imprensa na internet.

Internamento hospitalar

No âmbito da modalidade de Saúde registaram-se 131 casos de hospitalização para cirurgias, tratamentos e dois partos, num total de 207 atendimentos que tiveram assistência hospitalar

coberta pela Casa da Imprensa.

Em comparação com 2022, houve mais 38 casos de internamento (+40,9%) e menos um parto.

4. AÇÃO SOCIAL

Os Serviços Sociais mantiveram em 2023 uma atitude pró-ativa com o objetivo de sinalizar situações de isolamento comunitário ou familiar que eventualmente pudessem ter sido causadas ou agravadas com a crise pandémica.

No rastreio foi dada prioridade aos associados mais idosos e com menos contactos com a associação, num trabalho em que colaboraram também o corpo clínico e os serviços administrativos.

Paralelamente, foram mantidos contactos com entidades externas, principalmente serviços públicos e instituições privadas de solidariedade social (IPSS), dos quais resultou o encaminhamento de 15 beneficiários (13 no ano anterior) para a Segurança Social, lares de idosos e centros de dia.

Foram realizadas 30 visitas domiciliárias (35 no ano anterior), das quais 8 em lares de idosos.

A pedido dos interessados ou por iniciativa dos serviços, foram realizadas 50 entrevistas presenciais, a maioria na sede associativa.

Com expressão financeira, por proposta dos Serviços Sociais foram atribuídos um subsídio eventual, dois subsídios para isenções em cuidados de saúde e seis prestações complementares periódicas para responder a situações de risco social agravado, nomeadamente em situações de doença e desemprego.

O valor dos subsídios eventuais atribuídos foi de 10 204,89 euros (11 949,89 euros em 2022).

Através do Fundo de Ação Social (FAS) a Casa da

SUBSÍDIOS CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

Ação do FAS	2023		2022	
	N.º de beneficiários	Valor atribuído	N.º de beneficiários	Valor atribuído
Subsídios mensais atribuídos	6	8 373,12 €	7	10 182,00 €
Subsídios pontuais atribuídos	1	895,00 €	1	355,00 €
Subsídios em isenções em cuidados de saúde	2	936,77 €	3	1 412,89 €
Total a fundo perdido	9	10 204,89 €	11	11 949,89 €
Subsídios reembolsáveis	1	2 000,00 €	0	0,00 €

COMPARTICIPAÇÕES EM MCDT CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

Ação do FAS	2023		2022	
	N.º de beneficiários	Valor atribuído	N.º de beneficiários	Valor atribuído
Exames e Tratamentos	1099	75 491,99 €	656	41 688,50 €
Total participações	1099	75 491,99 €	656	41 688,50 €

Subsídio de parentalidade, bolsas de estudo e subsídio por morte

Em 2023 foram atribuídos cinco subsídios de parentalidade, no valor global de 1312,50 euros. Em comparação com o ano anterior, foi menos um subsídio e menos 187,50 euros.

Também no âmbito da Solidariedade Associativa foram atribuídas oito bolsas de estudo (mais duas do que em 2022), no valor global de 2187,50 euros.

Foi pago um subsídio de acidentes pessoais de acordo com o preceitu-

Imprensa participou o pagamento de quotas das modalidades de saúde (*ver adiante*) e, em algumas circunstâncias, as despesas relativas a exames complementares de diagnóstico e ao tratamento de doenças consideradas de *alto risco ou alto custo*.

Desde a entrada em vigor do novo Regulamento de Benefícios e do novo Regulamento do Fundo de Ação Social, em março de 2021, o FAS passou a apoiar também o lançamento do Plano de Proteção Complementar de Exames e Tratamentos da modalidade de Saúde.

Todos os apoios individuais concedidos com apoio do FAS foram instruídos e propostos pelos Serviços Sociais, nos termos regulamentares, e atenderam à condição de recursos dos requerentes, em processos com caráter reservado.

ado no Regulamento de Benefícios.

No âmbito da modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) foram pagos nove subsídios (mais

SUBSÍDIOS DE PARENTALIDADE, BOLSAS DE ESTUDO E SUBSÍDIOS POR MORTE

Subsídios atribuídos	2023		2022		Difª		
	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)	(%)
Parentalidade	5	1 312,50 €	6	1 500,00 €	-1	-187,50 €	-12,5%
Bolsas de estudo	8	2 187,50 €	6	1 950,00 €	2	237,50 €	12,2%
Acidentes pessoais	1	2 500,00 €	0	0,00 €	1	2 500,00 €	
Morte (CPM)	9	9 000,00 €	8	8 000,00 €	1	1 000,00 €	12,5%
Resgates (CPM)	1	819,05 €	0	0,00 €	1	819,05 €	
TOTAL	24	15 819,05 €	20	11 450,00 €	4	4 369,05 €	38,2%

COMPARTICIPAÇÕES EM MCDT CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

Ação do FAS	2023		2022	
	N.º de beneficiários	Valor atribuído	N.º de beneficiários	Valor atribuído
Exames e Tratamentos	1099	75 491,99 €	656	41 688,50 €
Total participações	1099	75 491,99 €	656	41 688,50 €

um que no ano anterior) no valor global de 9000,00 euros e um associado, com mais de 80 anos, resgatou a reserva matemática, nos termos regulamentares.

De acordo com o Regulamento de Benefícios, o subsídio de parentalidade é atribuído aos associados pela inscrição na Casa da Imprensa dos seus filhos recém-nascidos e as bolsas de estudo aos que tenham pelo menos três filhos menores de 21 anos matriculados no ensino básico, secundário ou superior. O subsídio de acidentes pessoais é atribuído em caso de acidente de que resulte a morte ou invalidez absoluta e definitiva de um associado.

Nos três casos, o valor dos subsídios é fixado anualmente no orçamento das modalidades mutualistas da Casa da Imprensa e, no caso do subsídio de parentalidade e das bolsas de estudo, pode ser majorado em 25 por cento se ambos os progenitores forem associados.

O subsídio por morte é pago aos herdeiros legais ou ao beneficiário designado do associado subs-

critor da modalidade de Capital Pagável por Morte. De acordo com o regulamento da modalidade, o valor do subsídio é de mil euros.

Enquanto os benefícios da Solidariedade Associativa (subsídio de parentalidade, bolsas de estudo e subsídio de acidentes pessoais) podem beneficiar qualquer associado da Casa da Imprensa, o subsídio por morte depende de o associado subscrever, ou não, a modalidade respetiva. No primeiro caso, os subsídios são suportados pelo fundo de Solidariedade Associativa, alimentado pela quota associativa paga por todos os associados. No segundo, é financiado pelo fundo da modalidade respetiva, alimentado pela quota destinada exclusivamente a esse efeito (1,35 euros/mês).

O quadro junto (*ver pág. 12*) sintetiza a informação sobre o número de subsídios atribuídos no âmbito da Solidariedade Associativa e da modalidade de Capital Pagável por Morte e respetivos valores em 2023 e 2022.

Comparticipação de quotas

O Fundo de Ação Social (FAS) comparticipa o pagamento de quotas das modalidades de Solidariedade Associativa e Saúde dos familiares de associados efetivos e participantes.

De acordo com o novo Regulamento do Fundo, em vigor desde junho de 2021, na maior parte dos casos, nas novas adesões, a comparticipação varia entre 50% (filhos menores e ascendentes) e 25% (cônjuges e filhos com mais de 18 anos) do valor nominal da quota-base da modalidade de Saúde, mas atinge os 100% no caso dos asso-

ciados efetivos desempregados e dos pensionistas do FASC. Mantêm-se, porém, as comparticipações que já tinham sido atribuídas até 2019 (50% para os cônjuges e 100% para os filhos até aos 25 anos).

No final de 2023, beneficiavam da comparticipação de quotas 672 associados, dos quais 252 cônjuges, 51 cônjuges sobreviventes e 358 filhos.

O valor das comparticipações ascendeu a 85 524,25 euros, mais 67,25 euros do que no ano anterior.

Pensões complementares de reforma e sobrevivência (FASC)

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC) pagou pensões de reforma e sobrevivên-

cia no valor global de 19 003,20 euros, um decréscimo de 1 687,20 euros (-8,2%) relativamen-

te ao ano anterior (20 690,40 euros).

Beneficiam do FASC, como grupo fechado, exclusivamente os pensionistas de reforma e

PENSÕES COMPLEMENTARES DE REFORMA E PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA								
	2023		2022		Dif.ª			
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	(%)	Valor	(%)
Pensões complementares de reforma (jornalistas)	4	7 400,00 €	4	8 288,00 €	0	0,0%	-888,00 €	-10,7%
Pensões de sobrevivência (cônjuges sobreviventes)	10	11 603,20 €	10	12 402,40 €	0	0,0%	-799,20 €	-6,4%
Total	14	19 003,20 €	14	20 690,40 €	0	0,0%	-1 687,20 €	-8,2%
Subsídio por morte	0	0,00 €	0	0,00 €	0		0,00 €	

sobrevivência do regime geral de Segurança Social referidos no instrumento de integração do antigo Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas na Casa da Imprensa, em 1992. O número de beneficiários manteve-se inaltera-

do em 2023: quatro jornalistas e dez cônjuges sobreviventes.

O quadro junto (*ver pág. 13*) sintetiza a informação relativa ao pagamento de pensões e subsídios no âmbito do FASC.

5. INICIATIVAS CULTURAIS E ATIVIDADE ASSOCIATIVA

O programa cultural previsto para 2023, incluindo as áreas de lazer e bem estar e as iniciativas socioprofissionais, era intenso e pôde ser integralmente cumprido. Por outro lado, o ano foi de grande aproximação e colaboração com as duas outras associações de Jornalistas – o Sindicato e o Clube –, principalmente, na preparação do V Congresso dos Jornalistas Portugueses.

O primeiro semestre abriu com a primeira edição de *O Ano em Cartoons*, uma iniciativa anual, destinada a promover o *cartoon* de imprensa, que teve como primeiro convidado o cartoonista Luís Afonso. Depois de Lisboa, a exposição *Luis Afonso 2022* pôde ser vista na Casa das Artes do Porto. Merece igualmente destaque a exposição que se seguiu, destinada a assinalar os 80 anos da Revolta do Gueto de Varsóvia, evento marcante, quer pelo significado histórico, quer pela incidência no momento presente. À semelhança da exposição evocativa da passagem por Lisboa do herói da Resistência Francesa Jean Moulin, a exposição acerca do Gueto de Varsóvia foi promovida por João Soares, José Manuel Saraiva e Jorge Silva.

O fotojornalismo ocupou, uma vez mais, um lugar de relevo na atividade expositiva da Casa da Imprensa no ano de 2023. Além dos *Prémios Estação Imagem 2022* e da *Bolsa Estação Imagem 2020-2022*, o Salão Nobre acolheu uma retrospectiva da obra de Fernando Ricardo e, a terminar o ano, uma coletiva dos finalistas de fotojornalismo da ETIC, ambas em colaboração com a associação CC11, dirigida por Bruno Portela.

Também em parceria com a CC11, realizou-se uma exposição de pintura da nossa associada Maria Mann, artista plástica e mestre de fotojornalismo dos EUA, radicada em Portugal.

Nas atividades abertas a associados e não associados, a professora Rita Faia dirigiu mais um concorrido *workshop* de aquarela e o Grupo Coral da Casa da Imprensa, dirigido pelo maestro Sérgio Fontão, aumentou o número de vozes e consolidou o trabalho iniciado em 2022. Com menos de um ano de ensaios, o Coro da CI teve duas apresentações públicas, na inauguração da exposição da *Bolsa Estação Imagem* e num primeiro concerto de Natal.

O ciclo “Conversas com Jornalistas que Cobriram o 25 de Abril”, organizado pela Casa da Imprensa e pelo Clube dos Jornalistas, foi concluído a tempo de editar as conversas em livro para lançamento no V Congresso dos Jornalistas, como viria a acontecer.

O CA acompanhou todas as fases de preparação do Congresso, de que a Casa da Imprensa foi, uma vez mais, promotora e cujo Secretariado integrou, com o Sindicato dos Jornalistas e o Clube de Jornalistas.

Ainda que o balanço do V Congresso, realizado em janeiro de 2024, não caiba neste Relatório, é justo destacar o trabalho desenvolvido ao longo de 2023 pela Comissão Organizadora, dirigida pelo jornalista Pedro Coelho, que confirmou o acerto da confiança nele depositada pelas entidades promotoras.

No âmbito mutualista da atividade associativa, a Casa da Imprensa participou ativamente nas tomadas de decisão da APM-RedeMut, cujos corpos sociais integra, com novos benefícios já em vigor para os nossos associados, tendo acompanhado as diligências para uma maior complementaridade do setor social no funcionamento do Serviço Nacional de Saúde.

A associação integra igualmente a Assembleia de Representantes dos Aderentes da MGEN.

6. FINANÇAS

Resultados das modalidades mutualistas

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades	2023		2022	Dif ^a			
	Real	Orç.	Real	(€)	(%)	(€)	(%)
	(1)	(2)	(3)	(1)-(2)		(1)-(3)	
Resultado líquido	62 377,58	18 175,55	-70 849,13	44 202,03	243,2%	133 226,71	188,0%

As contas do exercício de 2023 do conjunto das modalidades mutualistas evidenciam um resultado líquido positivo de 62 377,58 euros numa despesa global de 1 124 539,63 euros, um superavit em termos globais de 5,5%.

O saldo é superior em 44 202,03 euros ao que estava orçamentado (18 175,55 euros) e em 133 226,71 euros ao registado no exercício anterior (-70 849,13 euros), principalmente devido ao desempenho das modalidades de Capital Pagável por Morte e Saúde.

A modalidade de Capital Pagável por Morte teve um resultado líquido positivo de 61 716 euros, devido ao impacto da evolução das taxas de juro na constituição de provisões, ditadas pela atualização dos cálculos atuariais.

No caso da Saúde, para que se previa um resul-

tado equilibrado, registou-se ainda um défice de 9080,23 euros, motivado pelo atraso da entrada em vigor do valor da quota da modalidade, devido à demora no registo na DGSS das alterações do Regulamento de Benefícios aprovadas em Assembleia Geral em dezembro de 2022. No exercício anterior a modalidade tinha tido um resultado negativo de 70 849,13 euros.

As restantes modalidades – Solidariedade Associativa e Previdência-Reforma – terminaram o ano com resultados positivos, respetivamente de 1744,28 euros e 7074,79 euros e em linha com a previsão orçamental.

O quadro seguinte indica o resultado líquido do exercício de cada uma das modalidades mutualistas em 2023, comparado com o que foi registado no ano anterior.

RESULTADOS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades mutualistas	2023	2022	Dif ^a	
			(€)	(%)
Solidariedade Associativa	1 744,28 €	5 832,53 €	-4 088,25 €	-70,1%
Saúde	-9 080,23 €	-63 275,72 €	54 195,49 €	85,6%
Capitais por Morte	61 716,00 €	-468,08 €	62 184,08 €	13284,9%
Previdência-Reforma	7 074,79 €	-12 937,86 €	20 012,65 €	154,7%
Fundo de Administração	922,74 €		922,74 €	
Total	62 377,58 €	-70 849,13 €	133 226,71 €	188,0%

De acordo com a lei e com os Estatutos da Casa da Imprensa, estes resultados são levados aos fundos próprios ou aos fundos permanentes das modalidades respetivas, que são os fundos de reserva das modalidades.

Proveitos e custos das modalidades mutualistas

O quadro seguinte (*pág. 16*) sintetiza a conta de exploração, ajustando os principais agregados à natureza e atividades da CI e permitindo a comparação com os exercícios anteriores.

Os rendimentos e ganhos respeitantes às ativi-

Os fundos próprios são constituídos principalmente para acorrer a situações adversas, de natureza conjuntural. O valor destas reservas está explicitado em secção própria neste relatório (*ver pag. 17*).

dades mutualistas tiveram um aumento de 306 655,10 euros, passando de 880 262,11 euros em 2022 para 1 186 917,21 euros (+34,8%). Os gastos e perdas totalizaram 1 124 539,63 euros, mais 173 428,39 euros (+18,2%) do que em 2022.

PROVEITOS E CUSTOS DAS MODALIDADES

	2023	2022	Difª	
			(€)	(%)
Proveitos diretos das modalidades mutualistas	746 897,56 €	570 944,50 €	175 953,06 €	30,8%
Quotizações e jóias	616 413,58 €	502 486,60 €	113 926,98 €	22,7%
Credenciais e Senhas de consulta (S)	72 910,96 €	66 663,08 €	6 247,88 €	9,4%
Provisões específicas do sector (CPM)	57 573,02 €	1 794,82 €	55 778,20 €	3107,7%
Proveitos comuns	440 019,65 €	309 317,61 €	130 702,04 €	42,3%
Vendas	0,00 €	14,15 €	-14,15 €	-100,0%
Prestações de serviços	125 394,24 €	139 326,95 €	-13 932,71 €	-10,0%
Subsídios, doações e legados	62 855,00 €	2 012,50 €	60 842,50 €	3023,2%
Ganhos por aumento de justo valor	5 513,61 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
Outros rendimentos e ganhos	231 343,75 €	166 323,66 €	65 020,09 €	39,1%
Juros e outros rendimentos similares	14 913,05 €	1 640,35 €	13 272,70 €	809,1%
Total de rendimentos e ganhos	1 186 917,21 €	880 262,11 €	306 655,10 €	34,8%
Custos diretos das modalidades mutualistas	659 311,39 €	501 872,94 €	157 438,45 €	31,4%
Subsídios e bolsas de estudo (CPM + SA)	15 819,05 €	11 450,00 €	4 369,05 €	38,2%
Prestações a associados das mutualidades (S/IH)	262 617,98 €	178 139,62 €	84 478,36 €	47,4%
Prestações pecuniárias cuidados de saúde (S)	337 271,55 €	273 318,13 €	63 953,42 €	23,4%
Outros custos inerentes a associados (S)	13 289,66 €	14 375,19 €	-1 085,53 €	-7,6%
Provisões específicas do sector (PR)	30 313,15 €	24 590,00 €	5 723,15 €	23,3%
Custos comuns	465 228,24 €	449 238,30 €	15 989,94 €	3,6%
Custo das vendas	0,00 €	15,39 €	-15,39 €	-100,0%
Fornecimentos e serviços externos	121 355,16 €	145 001,51 €	-23 646,35 €	-16,3%
Custos com o pessoal	210 451,32 €	216 875,65 €	-6 424,33 €	-3,0%
Gastos de depreciação e amortização	71 023,81 €	74 439,30 €	-3 415,49 €	-4,6%
Perdas por redução de justo valor	0,00 €	11 498,71 €	-11 498,71 €	-100,0%
Outros gastos e perdas	62 397,95 €	1 407,74 €	60 990,21 €	4332,5%
Total de gastos e perdas	1 124 539,63 €	951 111,24 €	173 428,39 €	18,2%
Resultado Líquido	62 377,58 €	-70 849,13 €	133 226,71 €	188,0%

Entre os proveitos diretos das modalidades (isto é, os proveitos especificamente relacionados com uma modalidade), as quotas e as joias de inscrição totalizam 616 413,58 euros, o equivalente a 51,9% do total de rendimentos e ganhos. As receitas da quotização tiveram um crescimento de 22,7%, o que se justifica com o aumento do valor da quota da modalidade de Saúde e a disponibilização dos novos planos de proteção complementar de Exames e Tratamentos e Saúde Oral.

Os custos diretos dos benefícios (isto é, imputáveis especificamente a uma modalidade) ascenderam a 659 311,39 euros, mais 157 438,45 euros (+31,4%) do que um ano antes e o equivalente a 58,6% do total de gastos e perdas.

Daquele total, 15 819,05 euros (mais 38,2% do que no ano anterior) respeitam a subsídios de nascimento, bolsas de estudo, subsídio de acidentes pessoais e subsídios por morte pagos pelas modalidades de Solidariedade Associativa

(SA) e Capital por Morte (CPM).

Os custos diretos da modalidade de Saúde (S) ascenderam a 613 179,19 euros, mais 31,6% do que no ano anterior (465 832,44), e representam 93,0% do total dos custos diretos. No valor indicado estão incluídos 262 617,98 euros imputados especificamente ao Plano de Proteção Complementar de Internamento Hospitalar (IH).

Na modalidade de Saúde (plano Base e planos de proteção complementar), estes custos respeitam, essencialmente, a honorários médicos, pagamentos a outros prestadores de cuidados de saúde e principalmente prémios de seguro, todos agora sujeitos a uma pressão maior da procura (devido às dificuldades do Serviço Nacional de Saúde) e dos preços (devido à inflação) – e a exigir a adoção urgente de novas medidas de correção para repor o equilíbrio das contas.

Os proveitos comuns às modalidades (isto é, que não sendo imputáveis especificamente a uma modalidade, são rateados pelo conjunto das

modalidades) totalizaram 440 019,65 euros (37,1% do total de rendimentos e ganhos).

O maior contributo para os proveitos comuns, com 231 343,75 euros, voltou a ser da conta “*Outros rendimentos e ganhos*”, na qual se incluem os rendimentos prediais (192 280,92 euros).

A segunda maior receita, nos proveitos comuns, é a rubrica *Prestação de Serviços*, uma transferência do Fundo de Ação Social, que foi objeto de uma redução de 10,0% (para 125 394,24 eu-

ros), com o objetivo de reduzir a despesa do FAS. Os custos comuns às diversas modalidades correspondem a 41,4% do total de gastos e perdas, tendo aumentado de 449 238,30 euros em 2022 para 465 228,24 euros em 2023 (+3,6%).

Os custos comuns mais significativos são os relativos a pessoal, que tiveram um decréscimo de 3,0%, para 210 451,32 euros, e os fornecimentos e serviços externos, que registaram uma redução de 23 646,35 euros (-16,3%), para 145 001,51 euros.

Fundos de reserva das modalidades mutualistas

O valor global dos fundos próprios e dos fundos permanentes das modalidades mutualistas – os fundos de reserva de cada modalidade – era, em 31 de dezem-

bro de 2023, de 1 141 067,04 euros, menos 98 167,33 euros (-7,9%) do que no ano anterior.

As variações de valores do Fundo de Solidariedade Associativa e do Fundo Próprio da modalidade de Saúde refletem a aplicação de resultados do exercício de 2022 (99% dos saldos anuais respetivos, de acordo com os Estatutos).

Nos fundos permanentes das modalidades de Capital por Morte e de Previdência-Reforma,

Fundos autónomos

Em 2023 os três fundos autónomos da Casa da Imprensa tiveram globalmente um resultado líquido positivo de 441 101,33 euros, uma recuperação de 2 101 575,40 euros (476,4%) face ao registado no ano anterior, de -1 660 474,07 euros (*ver quadro nesta página seguinte*).

O Fundo de Ação Social (FAS), que financia os apoios de carácter social, em alguns casos independentemente de os beneficiários serem associados da Casa da Imprensa, teve um resultado líquido positivo (após encargos administrativos e financeiros e *despesa social*) de 398 819,40 euros. O resultado apurado deriva principalmente da recuperação de valor de mercado dos ativos que

refletem também um ajustamento das provisões matemáticas, de acordo com a análise atuarial que calcula as responsabilidades futuras das modalidades.

O quadro anterior evidencia, em todos os casos, o valor contabilístico dos fundos mutualistas a 31 de dezembro de 2023 (antes da aplicação de resultados, cuja proposta é apresentada nas *págs. 20 e 21*) e 31 de dezembro de 2022.

compõem o fundo, na grande maioria títulos de participação em fundos cotados constituídos maioritária ou exclusivamente por obrigações.

A *despesa social*, realizada ao abrigo do Regulamento do FAS, teve um aumento de 18 193,03 euros (+6,5%) relativamente ao ano anterior, passando de 278 432,34 euros para 296 625,37 euros. O aumento resulta principalmente das comparticipações em despesas de saúde (mais 26 248,32 euros), já que se mantiveram estáveis ou baixaram as transferências para as modalidades mutualistas e a comparticipação de quotas, as duas rubricas mais pesadas do orçamento do FAS, no valor de 139 326,95 euros e 85 467,00

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS MUTUALISTAS

	2023	2022	Difª	
			(€)	(%)
Fundo de Solidariedade Associativa	94 077,53 €	88 303,33 €	5 774,20 €	6,5%
Fundo Próprio de Saúde	636 316,12 €	699 591,84 €	-63 275,72 €	-9,0%
Fundo Permanente Capitais por Morte	261 698,18 €	319 739,28 €	-58 041,10 €	-18,2%
Fundo Permanente Previdência Reforma	148 975,21 €	131 599,92 €	17 375,29 €	13,2%
Total	1 141 067,04 €	1 239 234,37 €	-98 167,33 €	-7,9%

euros, respetivamente.

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC), que suporta o pagamento de subsídios por morte e pensões complementares de reforma e de sobrevivência de um grupo fechado de beneficiários que transitou da Segurança Social para a Casa da Imprensa em 1992, teve um resultado líquido positivo de 41 701,79 euros.

O FASC tem um património líquido de 146 681,18 euros e provisões matemáticas de 110 687,75 euros – um grau de cobertura de 132,5%.

O Fundo Norberto Lopes (FNL), que suporta os prémios de reportagem com o nome do seu instituidor, teve um resultado líquido de 580,14 euros.

RESULTADOS LÍQUIDOS DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

Fundos	2023	2022	Difª	
			(€)	(%)
FAS - Fundo de Ação Social	398 819,40 €	-1 641 008,60 €	2 039 828,00 €	511,5%
FASC - Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	41 701,79 €	-19 514,29 €	61 216,08 €	146,8%
FNL - Fundo Norberto Lopes	580,14 €	48,82 €	531,32 €	1088,3%
Total	441 101,33 €	-1 660 474,07 €	2 101 575,40 €	476,4%

Valor patrimonial dos fundos autónomos

Em 31 de dezembro de 2023 o valor patrimonial global dos três fundos autónomos da Casa da Imprensa era de 13 881 872,54 euros, ou seja, mais 390 216,11 euros

(+2,9%) dos que os 13 491 656,43 euros do ano anterior (*ver quadro*).

O maior contributo para o valor global dos fun-

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

Fundos	2023	2022	Difª	
			(€)	(%)
Fundo de Ação Social	13 694 510,47 €	13 295 691,07 €	398 819,40 €	3,0%
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	149 024,91 €	158 208,34 €	-9 183,43 €	-5,8%
Fundo Norberto Lopes	38 337,16 €	37 757,02 €	580,14 €	1,5%
Total	13 881 872,54 €	13 491 656,43 €	390 216,11 €	2,9%

dos autónomos é do Fundo de Ação Social (FAS), com o valor de 13 694 510,47 euros (mais 3,0% em relação ao ano anterior).

Estrutura da carteira de aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado das aplicações financeiras de todos os fundos sob gestão da Casa da Imprensa era de 15 377 717,65 euros.

Deste total, 13 826 169,97 euros correspondiam a unidades de participação de 38 fundos de investimento constituídos maioritariamente ou exclusivamente por obrigações (89,9% da carteira); 75 600,00 euros (0,5%) eram obrigações diversas; e 1 475 947,68 euros (9,6%) eram de-

pósitos bancários.

No caso particular do Fundo de Ação Social (FAS), o maior fundo, a quase totalidade do ativo está investida em fundos e obrigações diversas (99,97%).

A Casa da Imprensa tem contratos de aconselhamento para a gestão da carteira de ativos financeiros do FAS com a Baluarte – Consultores de Investimento, Lda e com a Caixa Gestão de Ativos, SA.

Consignação fiscal, doações e donativos

A Casa da Imprensa recebeu 12 784,89 euros da consignação fiscal em 2023, mais 410,94 euros (+3,3%) do que no ano anterior. O montante recebido respeita à liquidação do IRS sobre os

rendimentos de 2021, liquidado em 2022.

Regista-se, com um agradecimento público, o ato solidário dos 216 cidadãos contribuintes, associados ou não, que escolheram a Casa da Imprensa

como destinatária de 0,5% do imposto que o Estado arrecadou com a tributação dos seus rendimentos.

Desde 2012, o primeiro ano em que pôde candidatar-se, a Casa da Imprensa recebeu um total de 181 013,62 euros de consignação fiscal

Despesas de representação

A contabilidade registou um custo global em 2023 de 908,44 euros relativo a despesas de representação, mais 124,69 euros (+15,9%) do que no ano anterior.

A despesa realizada pelo Conselho de Administração foi de 426,40 euros, mais 123,60 euros (+40,9%) do que em 2022 e

DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO

	2023	2022
Conselho de Administração	426,40 €	302,80 €
Outros Órgãos Sociais	0,00 €	0,00 €
Deslocações Assistente Social	482,04 €	480,95 €
Total	908,44 €	783,75 €

representam 46,9% do total das despesas de representação.

Processos judiciais

A Casa da Imprensa é parte em dois processos judiciais que correm no Tribunal Administrativo de Lisboa, um há sete e o outro há dez anos.

Um dos processos iniciou-se em 2016, quando a Casa da Imprensa processou o Banco de Portugal e o Novo Banco tendo em vista a anulação da deliberação do banco central, enquanto autoridade de resolução, de retransmitir para o Banco Espírito Santo as obrigações não subordinadas que em 2014, na primeira medida de resolução do BES, tinham passado deste para o Novo Banco.

Ainda em 2016, o Novo Banco e o Banco de Portugal apresentaram a sua contestação pugnando pela improcedência da ação e a Casa da Imprensa, no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, apresentou reclamação de créditos no valor de 300 mil euros, correspondentes ao montante investido em obrigações daquele banco.

Em 2017 foi marcada uma audiência prévia, para preparação da audiência de julgamento, antecedida de tentativa de conciliação, que pela natureza do tema é inviável.

Em 2018, o processo foi suspenso até que seja proferida decisão final com trânsito em julgado no âmbito de outras ações administrativas relacionadas com esta ação e que correm nos tribunais, situação que se manteve em 2019.

Em 2020 foi publicada a lista definitiva de credores (que inclui a Casa da Imprensa), tendo-se

verificado um volume significativo de impugnações.

Aguarda-se o desenvolvimento dos ulteriores termos do processo, nomeadamente que seja proferida sentença de verificação e graduação de créditos.

Em 2015 a Casa da Imprensa registou uma imparidade de 266 097 euros correspondente ao diferencial entre o valor de mercado então conhecido e o valor do investimento realizado em 2012 em obrigações BES.

Em 2018, dado que as obrigações atingiram a maturidade sem se ter verificado o seu reembolso, esta provisão foi reforçada para 100% do valor investido.

O reforço da provisão teve um custo de 31 749,00 euros nas contas do Fundo de Ação Social relativas ao exercício de 2018.

Igualmente no Tribunal Administrativo de Lisboa corre os seus trâmites o processo relativo à dívida da Segurança Social à Casa da Imprensa.

Conforme exposto em anteriores relatórios de gestão, em 2013 o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) intentou uma ação contra a Casa da Imprensa e o presidente à época do seu Conselho de Administração requerendo a restituição dum adiantamento que fez no ano 2000 por conta duma dívida que ainda não tinha liquidado, nem liquidou até agora, originada na cobrança do adicional de 1% sobre a publicidade paga nos jornais diários, uma imposição

legal que vigorou entre 1943 e 1998. Por lei, competia ao IGFSS cobrar o adicional, que era depois transferido para a Casa da Imprensa, mas as transferências foram interrompidas em 2009. A Casa da Imprensa não só não reconhece mérito na pretensão do IGFSS como continua a reclamar os 711 192,57 euros que ainda lhe são devidos.

O processo não conheceu qualquer desenvolvimento relevante em 2019, como nos cinco anos anteriores.

Em 2020, as partes foram notificadas para se pronunciarem sobre a anuência na convocação da ação em ação administrativa comum, sobre a qual se aguarda decisão.

Em 31 de dezembro estavam ainda pendentes duas ações executivas intentadas pela Casa da Imprensa para cobrança de dívidas provenientes da falta de pagamento de rendas, no valor de 7 591,47 euros, estando a decorrer as diligências de penhora.

7. PRINCIPAIS INDICADORES

PRINCIPAIS INDICADORES

Nº de Associados	2 443
Nº médio de Trabalhadores	7
Total do Ativo	23 379 126,96 €
Fundos	825 592,00 €
Reservas	18 256 056,13 €
Excedentes de revalorização de ativos	2 921 982,37 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	133 401,39 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	62 377,58 €
Resultado líquido	62 377,58 €

8. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa público reconhecimento a todos quantos lhe dispensaram a sua colaboração e apoio – entidades públicas, privadas e da economia social –, destacando, nomeadamente:

- os demais órgãos associativos da Casa da Imprensa, pelo acompanhamento do trabalho realizado;
- os membros do corpo clínico, dos Serviços de

Saúde e dos Serviços Sociais, pela dedicação e perseverança reiterada dia após dia;

- os trabalhadores e colaboradores da associação, pela sua disponibilidade e a sua dedicação à Casa da Imprensa;
- todos quantos, associados ou não, designaram a Casa da Imprensa como destinatária da consignação do IRS ou lhe destinaram donativos.

9. PROPOSTAS

Aplicação de resultados

Nos termos legais e estatutários, designadamente o previsto nos artigos 48.º e 50.º dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe à Assembleia

Geral que o saldo positivo de 62.377,58 euros da conta Resultados tenha a seguinte distribuição:

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Fundo de Solidariedade Associativa	1 726,84 €
Fundo Próprio da Saúde	-9 080,23 €
Fundo Permanente Capitais por Morte	61 098,84 €
Fundo Permanente Previdência-Reforma	7 004,04 €
Fundo de Reserva Geral	705,35 €
Fundo de Administração	922,74 €

Rendimento complementar da Modalidade de Previdência-Reforma

Atendendo aos resultados do exercício, ao histórico da modalidade, à situação atual dos mercados de capitais e à decorrência dos períodos de carência para o acesso aos benefícios, propõe-se

que seja fixada em 2,000% a taxa de rendibilidade complementar prevista no n.º 3 do Artigo 39.º do Regulamento de Benefícios, relativo à modalidade de Previdência-Reforma.

Outras propostas

O Conselho de Administração propõe:

1. *Um voto de louvor e reconhecimento às instituições e pessoas referidas no ponto 8 (pág. 20).*

2. *Um voto de profundo pesar pelo falecimento dos nossos associados:*

José Luís Fernandes D'Oliveira Nunes, Albino Ribeiro Cardoso, Jaime Saint Maurice, António Manuel Lança Vinagre, Iqbal Ahmed, Maria Antónia Correia Ribeiro Fiadeiro, António Manuel Fraga da Silveira Viana, Manuel Celso

Rodrigues de Matos, Adulcino José Lucas Silva, António Manuel Oliveira Fontoura, José Pedro Inácio Figueiredo, Teresa Sofia Lopes Alves, João Joaquim Alferes Gonçalves, Maria Etelvina da Silva Botão Alves, Maria Berta Rodrigues Handel Oliveira, Lucília Rosa Carneiro Afonso, Maria da Conceição Amaro Knopfli, Miguel Ribeiro dos Reis, Diogo Schmidt Vasconcelos, Nuno Miguel Vitorino da Silva, Hernâni Monteiro dos Santos Cavalheiro, Maria Alda Teixeira Simões

Lisboa, 15 de março de 2024

O Conselho de Administração

António Alberto Alves Pereira *Borga* (Presidente)

Luísa Maria Bessa Fernandes Coelho (Vice-Presidente)

José Manuel *Fragoso dos Santos* (Vogal)

Valdemar Silveira de *Abreu* (Vogal)

Júlio Manuel Cerca *Roldão* (Vogal)



C

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 e 4	7 314 230,71	7 385 339,27
Bens do património histórico e cultural	3.2.1 e 4	62 324,80	62 324,80
Ativos intangíveis	3.2.2 e 5	0,00	0,00
		7 376 555,51	7 447 664,07
Ativo corrente			
Inventários	3.2.4 e 6	20 870,36	20 211,86
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 14.3	473,61	4 105,17
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membro	3.2.5 e 10.1	3 796,70	3 050,90
Diferimentos	10.2	4 118,82	4 114,42
Outros ativos correntes	3.2.5, 10.2 e 14.2	14 585 413,19	14 107 278,46
Outros instrumentos financeiros	3.2.5 e 10.3	101 803,70	96 290,09
Caixa e depósitos bancários	3.2.5 e 10.4	1 286 095,07	1 204 818,69
		16 002 571,45	15 439 869,59
Total do Ativo		23 379 126,96	22 887 533,66
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	3.2.6 e 14.1		
Fundos		825 592,00	896 499,46
Reservas		18 256 056,13	17 814 896,47
Resultados transitados		90 216,88	90 216,88
Excedentes de revalorização	3.2.1 e 4	2 921 982,37	2 921 982,37
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		62 324,80	62 324,80
		22 156 172,18	21 785 919,98
Resultado líquido do período		62 377,58	(70 849,13)
Total dos fundos patrimoniais		22 218 549,76	21 715 070,85
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões específicas	3.2.7 e 8	315 475,04	342 734,91
		315 475,04	342 734,91
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.5 e 10.5	61 121,14	47 516,59
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 14.3	6 328,16	6 829,88
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membro	3.2.5 e 10.1	2 133,11	2 132,11
Diferimentos	10.6	736 156,80	736 985,39
Outros passivos correntes	3.2.5, 8 e 10.6	39 362,95	36 263,93
		845 102,16	829 727,90
Total do passivo		1 160 577,20	1 172 462,81
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		23 379 126,96	22 887 533,66

O Conselho de Administração
António Borga (presidente)
Luísa Bessa (vice-presidente)
José Fragoso (vogal)
Waldemar Abreu (vogal)
Júlio Roldão (vogal)
A Contabilista Certificada
Luísa Pereira
(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS MODALIDADES, POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	MODALIDADES				Fundo de Administração	Total
	Solidariedade Associativa	Saúde	Capital por Morte	Previdência-Reforma		
Vendas e serviços prestados	186 068,73	450 477,85	9 767,25	31 368,33	137 036,62	814 718,78
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	62 855,00	62 855,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-1 154,69	0,00	-1 353,00	0,00	-118 847,47	(121 355,16)
Gastos com o pessoal	-54 281,03	0,00	0,00	0,00	-156 170,29	(210 451,32)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	57 573,02	-30 313,15	0,00	27 259,87
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	5 513,61	0,00	5 513,61
Outros rendimentos	14 203,17	17 056,21	5 563,98	506,00	208 927,44	246 256,80
Outros gastos	-143 091,90	-476 614,29	-9 835,25	0,00	-61 854,75	(691 396,19)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 744,28	(9 080,23)	61 716,00	7 074,79	71 946,55	133 401,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	(71 023,81)	(71 023,81)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 744,28	(9 080,23)	61 716,00	7 074,79	922,74	62 377,58
Resultado antes de impostos	1 744,28	(9 080,23)	61 716,00	7 074,79	922,74	62 377,58
Resultado líquido do período	1 744,28	(9 080,23)	61 716,00	7 074,79	922,74	62 377,58

O Conselho de Administração

António Barga (presidente)

Luísa Bessa (vice-presidente)

José Fragoso (vogal)

Waldemar Abreu (vogal)

Júlio Rolão (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira

(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	763 146,54	620 941,03
Pagamentos de subsídios	13 631,55	9 500,00
Pagamentos de apoios		122,50
Pagamento de bolsas	2 187,50	1 950,00
Pagamentos a fornecedores	793 300,32	655 177,94
Pagamentos ao pessoal	206 342,83	215 723,10
Caixa gerada pelas operações	(252 315,66)	(261 532,51)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	10 460,52	6 525,33
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(241 855,14)	(255 007,18)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	1 221 700,00	1 380 418,94
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	1 497,57	
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	912 800,00	703 354,00
Outros activos	183 541,82	165 636,37
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	11 342,89	2 749,59
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(112 517,72)	(508 678,98)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações	1 355,00	1 325,00
Outras operações de financiamento	125 394,24	139 326,96
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	126 749,24	140 651,96
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(227 623,62)	(623 034,20)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	309 818,69	932 852,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período	82 195,07	309 818,69

O Conselho de Administração

António Borga (presidente)

Luísa Bessa (vice-presidente)

José Fragoso (vogal)

Waldemar Abreu (vogal)

Júlio Roldão (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira

(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2022

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
1	1 009 133,21	0,00	19 474 591,65	90 216,88	2 921 982,37	62 324,80	(104 423,49)	23 453 825,42	0,00	23 453 825,42
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	(112 633,75)		(1 659 695,18)				104 423,49	(1 667 905,44)		(1 667 905,44)
2	(112 633,75)	0,00	(1 659 695,18)	0,00	0,00	0,00	104 423,49	(1 667 905,44)	0,00	(1 667 905,44)
3							(70 849,13)	(70 849,13)		(70 849,13)
4=2+3							33 574,36	(1 738 754,57)	0,00	(1 738 754,57)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	896 498,46	0,00	17 814 896,47	90 216,88	2 921 982,37	62 324,80	(70 849,13)	21 715 070,85	0,00	21 715 070,85
6=1+2+3+4										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022										

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
6	896 498,46	0,00	17 814 896,47	90 216,88	2 921 982,37	62 324,80	(70 849,13)	21 715 070,85	0,00	21 715 070,85
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	(70 907,46)		441 159,66				70 849,13	441 101,33		441 101,33
7	(70 907,46)	0,00	441 159,66	0,00	0,00	0,00	70 849,13	441 101,33	0,00	441 101,33
8							62 377,58	62 377,58		62 377,58
9=7+8							133 226,71	503 478,91	0,00	503 478,91
RESULTADO EXTENSIVO										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	825 592,00	0,00	18 256 056,13	90 216,88	2 921 982,37	62 324,80	62 377,58	22 218 549,76	0,00	22 218 549,76
11=6+7+8+9+10										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023										

O Conselho de Administração
António Barga (presidente)
Luís Bessa (vice-presidente)
José Fragoso (vogal)
Waldemar Abreu (vogal)
Júlia Haldão (vogal)

A Contabilista Certificada
Luísa Pereira
 (CC3301)

FUNDO DE AÇÃO SOCIAL (FAS)
BALANÇO em 31 de dezembro de 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
Ativo corrente		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3 517,60	4 632,60
Outras contas a receber		
Outros ativos financeiros mensurados ao justo valor	13 724 366,29	13 309 256,83
Caixa e depósitos bancários	2 144,56	3 447,09
	13 730 028,45	13 317 336,52
Total do Ativo	13 730 028,45	13 317 336,52
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	13 295 691,07	14 936 699,67
Resultados transitados	(13 947,87)	(13 947,87)
	13 281 743,20	14 922 751,80
Resultado líquido do período	398 819,40	(1 641 008,60)
Total do fundo de capital	13 680 562,60	13 281 743,20
Passivo		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		
Outras contas a pagar	49 465,85	35 593,32
Total do passivo	49 465,85	35 593,32
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	13 730 028,45	13 317 336,52

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2023	2022
Custos inerentes a associados	(171 231,13)	(139 105,39)
Custos da prestação de serviços	(125 394,24)	(139 326,95)
Fornecimentos e serviços externos	(30 442,31)	(31 100,64)
Provisões (aumentos/reduções)		
Aumentos/reduções de justo valor	740 254,70	(1 328 408,85)
Outros rendimentos - alienações/vencimentos	4 479,61	
Outros rendimentos - juros		
Outros gastos e perdas - alienações/vencimentos	(18 847,23)	(3 066,77)
Resultado líquido do período	398 819,40	(1 641 008,60)

FUNDO AUTÓNOMO DE SUBSÍDIO COMPLEMENTAR (FASC)
BALANÇO em 31 de Dezembro de 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
Ativo corrente		
Outras contas a receber	529,05	182,43
Caixa e depósitos bancários	146 152,13	163 355,68
	146 681,18	163 538,11
Total do Ativo	146 681,18	163 538,11
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	(11 038,13)	8 476,16
Resultados transitados	5 329,77	5 329,77
	(5 708,36)	13 805,93
Resultado líquido do período	41 701,79	(19 514,29)
Total do fundo de capital	35 993,43	(5 708,36)
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões específicas		
Pensões	104 051,12	160 363,32
Subsídio por Morte	6 636,63	8 883,15
	110 687,75	169 246,47
Passivo corrente		
Pensionistas	0,00	0,00
	0,00	0,00
Total do passivo	110 687,75	169 246,47
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	146 681,18	163 538,11

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2023	2022
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	0,00	0,00
Pensões	(19 003,20)	(20 690,40)
Subsídio por Morte	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	58 558,72	0,00
Juros obtidos	2 146,27	1 176,11
Resultado líquido do período	41 701,79	(19 514,29)

FUNDO NORBERTO LOPES

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
Ativo corrente		
Outras contas a receber	147,36	48,82
Caixa e depósitos bancários	38 761,72	38 280,12
Total do Ativo	38 909,08	38 328,94
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	37 757,02	37 708,20
Resultados transitados	571,92	571,92
	38 328,94	38 280,12
Resultado líquido do período	580,14	48,82
Total do fundo de capital	38 909,08	38 328,94
Passivo		
Total do passivo		
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	38 909,08	38 328,94

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2023	2022
Juros obtidos	580,14	48,82
Resultado líquido do período	580,14	48,82

D

ANEXO

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

1 — Identificação da Entidade

1.1 — Designação da Entidade

Casa da Imprensa Associação Mutualista

1.2 — Sede

Rua da Horta Seca n.º 20, em Lisboa

1.3 — Natureza da atividade

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 24 de abril de 1905, pessoa coletiva n.º 500902356. Rege-se pelos seus Estatutos, aprovados em reuniões extraordinárias da Assembleia Geral realizadas em 15 de outubro de 2019 e 21 de maio de 2021, e pelos diplomas legais aplicáveis, nomeadamente pelo Código das Associações Mutualistas, aprovado pelo Decreto-lei n.º 59/2018, de 2 de agosto. Tem como fins estatutários fundamentais a concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados.

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 — Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho e Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) consignada no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2.2 — Derrogação das disposições do SNC

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Entidade.

2.3 — Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2022.

3 — Políticas contabilísticas, alteração nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro. Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido pela NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

3.2 — Outras políticas contabilísticas

3.2.1 — Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados:

- a) Os terrenos e edifícios ao seu custo revalorizado, resultante da avaliação efetuada em dezembro de 2020, por perito avaliador certificado, deduzido das depreciações do exercício.
- b) Os restantes ativos ao seu custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios afetos a serviços de saúde e administrativos: 50 anos

Edifício afeto a outros fins: 100 anos

Grandes reparações: 10 anos

Equipamento básico: 3 a 7 anos

Equipamento administrativo: 3 a 10 anos

Outros ativos fixos tangíveis: 5 a 10 anos

A Entidade tem um conjunto de obras de arte (pintura, escultura e cerâmica) resultante de ofertas de associados e outras Entidades ao longo da sua existência. Estes ativos não têm custo conhecido, nem mercado para apuramento do seu justo valor, razão pela qual transitaram de normativo ao custo contabilizado, que é também o valor pelo qual se encontram seguros. Os bens do património histórico e cultural não são depreciables.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

3.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Programas de computador: 3 anos

3.2.3 – Investimentos financeiros

A Entidade fez investimentos em obrigações do tesouro de curto prazo, com intenção de os manter até à maturidade, e por isso classificados como “carteira a vencimento”. Os títulos são mensurados ao custo de aquisição, que é também o valor nominal, e vencem juros semestrais ou anuais.

Mantém em carteira obrigações do BES, cujo incumprimento obrigou a entidade a constituir provisão a 100%, em consonância com a explicação da nota 8.

3.2.4 – Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário é o intermitente. Não sendo o negócio da Entidade (venda de livros e/ou medalhas) o preço de venda estimado tende a igualar o respetivo custo.

3.2.5 – Instrumentos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra Entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respetiva:

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros e Outras contas a receber

As dívidas de associados ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de associados e Outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. As perdas por imparidade são registadas sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Perdas por imparidade em dívidas por receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Caixa e depósitos à ordem

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 3 meses e 1 ano, podendo ou não ser renovados automaticamente e os juros negociados creditados na conta depósitos à ordem, na data do respetivo vencimento.

Outros instrumentos financeiros

Inclui os investimentos em unidades de participação em fundos mobiliários que seguem os princípios definidos para a mensuração dos instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, reconhecendo os ativos pelo justo valor e as suas variações em resultados de cada período.

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros, Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.6 – Fundos patrimoniais

Da rubrica Fundos Patrimoniais fazem parte os Fundos Próprios da modalidade de Saúde e da Solidariedade Associativa, os excedentes dos Fundos Permanentes das modalidades Capital por Morte e Previdência-Reforma, as Reservas Legais (Fundo de Reserva Geral), resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais em conformidade com as disposições estatutárias, os excedentes dos Fundos Autónomos sob gestão da Casa da Imprensa (Fundo de Ação Social, Fundo Autónomo de Subsídio Complementar e Fundo Norberto Lopes), os Resultados Transitados e os Excedentes de Revalorização dos edifícios, resultantes da avaliação periódica dos mesmos.

3.2.7 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Sempre que se reconhece a existência de uma obrigação resultante de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual e fiável.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantendo-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, não se reconhece um passivo contingente mas promove-se a sua divulgação.

No que respeita ativos contingentes, quando estes se verificarem resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados.

À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.2.8 – Imposto sobre o rendimento

A Entidade está isenta de IRC, ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

3.2.9 – Rédito

Os réditos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do seu recebimento ou colocação à disposição. Nesta rubrica inserem-se as quotas dos associados e as verbas devidas pela administração de fundos.

Os juros são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o tempo decorrido desde o último vencimento e a taxa efetiva durante o período.

As rendas e outros rendimentos em ativos fixos tangíveis referem-se ao arrendamento, por pisos, salas ou postos de trabalho, do prédio da Rua do Loreto em Lisboa e são reconhecidas de acordo com o princípio do acréscimo.

3.2.10 – Benefícios de empregados

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados (benefícios a curto prazo): salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e outros benefícios adicionais (subsídio de transporte, quotas associativas, comunicações, ...).

Estes benefícios são reconhecidos como gastos no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. No caso do direito a férias e subsídio de férias relativo ao período que se vence em 31 de dezembro de cada ano, o pagamento ocorre durante o período seguinte, e é tratado de acordo com este procedimento.

3.2.11 – Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em janeiro do ano seguinte, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de dezembro.

Regista também o IVA a pagar decorrente da venda de livros no 4.º trimestre, o IVA a pagar ou recuperar decorrente do funcionamento da Noticiaria (espaço de *co-work*) durante o 4.º trimestre e o IVA a recuperar, referente a aquisições de bens e serviços relacionados com a construção, manutenção ou conservação dos edifícios e bens de equipamento e/ou suas reparações de acordo com as regras definidas no Decreto-lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 84/2017, de 21 de julho.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à capacidade de cumprir os seus fins.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

Não foram identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

3.5 – Alteração nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas, nem se detetaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

4 – Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas estão explanados na nota 3.2.1.

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto

	Saldo em 31/12/2022	Abates e Alienações	Saldo em 31/12/2023
Bens do património histórico e artístico e cultural	62 324,80	-	62 324,80
	<u>62 324,80</u>	<u>-</u>	<u>62 324,80</u>
Outros ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	2 603 000,00	-	2 603 000,00
Edifícios e outras construções	4 894 772,00	-	4 894 772,00
Equipamento básico	94 115,81	-	94 115,81
Equipamento administrativo	174 871,62	779,02	174 092,60
Depreciações acumuladas	(381 420,16)		(451 749,70)
	<u>7 385 339,27</u>	<u>779,02</u>	<u>7 314 230,71</u>

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2022	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31/12/2023
Outros ativos fixos tangíveis				
Edifícios e outras construções	130 923,41	65 697,25	-	196 620,66
Equipamento básico	94 115,86	-	-	94 115,86
Equipamento administrativo	156 380,89	5 326,56	694,27	161 013,18
	<u>381 420,16</u>	<u>71 023,81</u>	<u>694,27</u>	<u>451 749,70</u>

As depreciações escrituradas nos períodos de 2023 e 2022 foram as seguintes:

Gastos com Depreciações

	2023	2022
Outros ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	65 697,25	65 697,25
Equipamento básico	-	699,34
Equipamento administrativo	5 326,56	7 446,54
	<u>71 023,81</u>	<u>73 843,13</u>

5 – Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos na nota 3.2.2.

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023
Programas de computador	47 605,68	47 605,68
	<u>47 605,68</u>	<u>47 605,68</u>

Amortizações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023
Programas de computador	47 605,68	47 605,68
	<u>47 605,68</u>	<u>47 605,68</u>

As amortizações escrituradas nos períodos de 2023 e 2022 foram as seguintes:

Gastos com Amortizações

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Programas de computador	-	596,17
	-	596,17

6 – Inventários

A Entidade tem para cedência aos seus associados ou outros interessados um conjunto de medalhas (dos 80 anos, dos 90 anos e do centenário da Casa da Imprensa) e de livros patrocinados e relacionados com a vida da instituição e dos associados (“100 Anos de história”, “Jornalistas Pais e Filhos”, “O Cinema Ideal e a Casa da Imprensa 100 anos de filmes” são alguns exemplos).

Os movimentos no ano foram os seguintes:

	<u>Inventário em 31/12/2022</u>	<u>Compras</u>	<u>Inventário em 31/12/2023</u>
Medalhas	7 620,50	-	7 620,50
Livros	12 591,36	658,50	13 249,86
	<u>20 211,86</u>	<u>658,50</u>	<u>20 870,36</u>
Custo dos inventários vendidos			<u>-</u>

7 – Rendimentos e gastos

O rédito reconhecido pela Entidade em 2023 e 2022 é detalhado conforme se segue:

Réditos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Vendas e Prestação de serviços	814 718,78	708 490,78
Quotizações e joias	616 413,58	502 486,60
Credenciais e Senhas de consulta	72 910,96	66 663,08
Fundos	125 394,24	139 326,95
Vendas	-	14,15
Outros rendimentos e ganhos	231 343,75	166 323,66
Rendas	192 280,92	128 553,35
Cedência de salas	18 300,17	20 500,65
Consignação fiscal - IRS	12 784,89	12 373,95
Outros	7 977,77	4 895,71
Juros	14 913,05	1 640,35
Juros de depósitos	14 913,05	1 640,35
Juros de outras aplicações	-	-
	<u>1 060 975,58</u>	<u>876 454,79</u>

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 2023 e 2022, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Trabalhos especializados	16 617,52	15 400,28
Publicidade e propaganda	6 709,39	5 821,81
Honorários	26 134,00	36 624,00
Conservação e reparação	8 892,65	10 989,98
Outros	3 367,48	3 174,68
Materiais	3 281,91	3 412,94
Energia e fluidos	7 468,78	11 591,49
Deslocações, estadas e transportes	2 193,73	2 567,24
Comunicação	3 266,57	3 980,68
Seguros	4 091,69	3 966,72
Licenças	8 040,92	7 591,87
Despesas de representação	908,44	783,75
Limpeza, higiene e conforto	18 283,63	26 629,74
Outros serviços	12 098,45	12 466,33
	<u>121 355,16</u>	<u>145 001,51</u>

A rubrica de Outros gastos encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Impostos	30,00	205,10
Gastos com apoios financeiros		
Capital por Morte	9 819,05	8 000,00
Bolsas de Estudo	2 187,50	1 950,00
Subsídio de Parentalidade	1 312,50	1 500,00
Subsídio por Morte/ITP por acidente	2 500,00	-
Internamento Hospitalar	262 617,98	178 139,62
Cuidados de Saúde	350 561,21	287 693,32
Donativos para o 5º Congresso Jornalistas	61 500,00	-
Outros	867,95	1 202,64
	<u>691 396,19</u>	<u>478 690,68</u>

8 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações a existência de ativos contingentes nem de provisões genéricas.

Reconhece e divulga a existência de passivos contingentes.

Em novembro de 2013 foi citada pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de que lhe foi intentada uma ação administrativa especial pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, com a pretensão que lhe seja devolvido um adiantamento de 997.595,79€, efetuado no ano de 2000, por conta da dívida reconhecida pelo Instituto, do adicional de publicidade dos jornais diários. O Tribunal de Contas, na sequência duma auditoria ao IGFSS realizada em 2004, considerara ilegais o modo como foram feitos o adiantamento e o despacho que o autorizou, sem, contudo, questionar a dívida. Não só a Entidade não reconhece mérito nesta acusação como continua a reclamar os 711.192,57€ ainda em dívida. Por estes factos e apoiando-se no entendimento dos advogados que o processo terá um desfecho favorável não foi constituída nenhuma provisão para processos judiciais em curso. Nos últimos exercícios não houve qualquer desenvolvimento pelo que se mantém a validade dos pressupostos.

Em 26 de março de 2016 apresentou uma ação administrativa contra o Banco de Portugal e o Novo Banco, S.A. tendo em vista a declaração de nulidade ou anulação do ato administrativo consubstanciado na Deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, de 29 de dezembro de 2015, relativa à “Retransmissão de obrigações não subordinadas do Novo Banco, S.A. para o Banco Espírito Santo, S.A.” e a consequente passagem dos títulos detidos pelo Fundo de Ação Social da Casa da Imprensa para a esfera jurídica do Novo Banco. Em 27 e 30 de junho de 2016, o Novo Banco, S.A. e o Banco de Portugal apresentaram respetivamente a sua contesta-

ção pugnano pela improcedência da ação proposta pela Entidade. A instância encontra-se suspensa até que seja proferida decisão final com trânsito em julgado de outras ações administrativas relacionadas.

A Entidade apresentou reclamação de créditos no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, S.A. no dia 25 de agosto de 2016, no âmbito da qual reclama créditos no montante total de 300.000 euros correspondentes ao valor investido junto da mencionada Instituição bancária. Continua a aguardar-se o desenvolvimento dos ulteriores termos do processo, nomeadamente que seja proferida sentença de verificação e graduação de créditos.

Encontra-se constituída provisão para 100% do valor do investimento, uma vez que a data de reembolso já foi ultrapassada.

Em 30 de maio de 2018 intentou uma ação executiva para cobrança de dívida por falta de pagamento de rendas da Lisbon Corner, Unipessoal, Lda., no valor de 1.456,60€, encontrando-se o processo em fase de penhora de créditos há mais de 5 anos. A imparidade encontra-se reconhecida desde 2019.

Em 4 de julho de 2019 intentou uma ação executiva para cobrança de dívida por falta de pagamento de rendas da Cidade Singular, Unipessoal, Lda., no valor de 6.134,87€, encontrando-se o processo em fase de penhora de créditos.

Não foram até ao momento encontrados bens a indicar à penhora, pelo que se mantém o reconhecimento da imparidade efetuado em 2019.

A evolução das provisões matemáticas das modalidades Capital por Morte e Previdência-Reforma durante o exercício é detalhada conforme se segue:

Provisões Matemáticas

	Saldo em 31/12/2022	Constituição e reforço	Saldo em 31/12/2023
Capital por Morte	310 713,54	(57 573,02)	253 140,52
Previdência-Reforma	32 021,37	30 313,15	62 334,52
	<u>342 734,91</u>	<u>(27 259,87)</u>	<u>315 475,04</u>

A taxa de desconto (dos pressupostos atuariais) do Capital por Morte é agora de 2,5%, considerada a mais adequada pela atuária independente, para passivos com durações semelhantes. Esta subida da taxa traduziu-se numa menor necessidade de reservas.

As provisões matemáticas da modalidade Previdência-Reforma, correspondem à soma das quotas pagas mais os encargos de gestão, uma vez que não foram fixadas taxas de rendimento mínimo garantido – a incidir sobre as quotas do exercício, e de rendimento complementar – a incidir sobre o saldo dos Planos de Poupança em 31 de dezembro do ano anterior.

A reserva matemática do plano complementar Capital de Risco da Previdência-Reforma calculada a 31 de dezembro é nula porque a atuária estimou que as quotas futuras são suficientes para cobrir o risco existente. O período de carência para acesso aos benefícios é de 2 anos, contado a partir da data de início da subscrição de cada Plano de Poupança.

O valor do Fundo Permanente das modalidades Capital por Morte e Previdência-Reforma, o património líquido que lhe está afeto e o grau de cobertura face às provisões matemáticas necessárias, têm a seguinte divulgação:

Fundo Permanente de Capital por Morte

	Património Líquido	Provisões Matemáticas	Grau de cobertura
Capital por Morte	374 750,80	253 140,52	148,04%
	<u>374 750,80</u>	<u>253 140,52</u>	

Em 2022 o grau de cobertura era de 119,9%.

Fundo Permanente da Previdência-Reforma

	<u>Património Líquido</u>	<u>Provisões Matemáticas</u>	<u>Grau de cobertura</u>
Previdência-Reforma	156 209,70	62 334,52	250,60%
	<u>156 209,70</u>	<u>62 334,52</u>	

Em 2022 o grau de cobertura era de 373,0%.

9 – Subsídios e outros apoios

No período em análise foram registados nesta rubrica os apoios conforme se segue:

Subsídios, doações e legados à exploração

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Subsídios e doações		
Para o 5º Congresso Jornalistas	61 500,00	-
Outras doações	1 355,00	2 012,50
	<u>62 855,00</u>	<u>2 012,50</u>

10 – Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas na nota 3.2.5. A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

10.1 – Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentava os seguintes saldos:

Associados

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Dívidas de quotas		
Até 3 meses	984,55	866,50
De 4 a 12 meses	1 376,60	884,65
Mais de 12 meses	76,75	664,75
Dívidas de Posto Médico		
Até 3 meses	1 119,80	303,00
De 4 a 12 meses	9,00	52,00
Mais de 12 meses	20,00	95,00
Outras dívidas	210,00	185,00
	<u>3 796,70</u>	<u>3 050,90</u>

Beneficiários

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Capital por morte		
Até 1 ano	-	707,15
Mais de 1 ano	2 046,55	1 339,40
Outros	86,56	85,56
	<u>2 133,11</u>	<u>2 132,11</u>

10.2 – Outras contas a receber e Diferimentos ativos

As rubricas Outras contas a receber e Diferimentos tinham, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Outros Ativos a receber

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	4 719,99	1 149,83
Outros Devedores		
IGFSS - Publicidade	711 192,43	711 192,43
Outros	121 501,40	88 038,16
Perdas por imparidade em Outros Devedores	(7 315,00)	(7 315,00)
Fundos		
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	35 993,43	(5 708,36)
Fundo de Ação Social	13 680 411,86	13 281 592,46
Fundo Norberto Lopes	38 909,08	38 328,94
	<u>14 585 413,19</u>	<u>14 107 278,46</u>

Da rubrica Outros constam 65.500 euros de rendas vencidas resultantes de moratórias, concedidas aos inquilinos no âmbito da pandemia Covid-19 e de atrasos no pagamento.

Diferimentos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos	4 118,82	4 114,42
	<u>4 118,82</u>	<u>4 114,42</u>

As rubricas de Fundos, desdobram-se da seguinte forma, sendo que a evolução dos investimentos financeiros e das perdas por imparidade são relevadas na nota 14.2:

Fundos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar		
Depósitos à ordem e a prazo	146 152,13	163 355,68
Juros a Receber	529,05	182,43
Reservas Matemáticas	-110 687,75	-169 246,47
	<u>35 993,43</u>	<u>-5 708,36</u>
Fundo de Ação Social		
Depósitos à ordem e a prazo	2 144,56	3 447,09
Investimentos financeiros	14 115 487,50	13 700 378,04
Perdas por imparidade	-391 121,21	-391 121,21
Subsídios reembolsáveis	3 517,60	4 632,60
Movimento com CSP	-47 137,98	-33 223,16
Fornecedores	-2 478,61	-2 520,90
	<u>13 680 411,86</u>	<u>13 281 592,46</u>
Fundo Norberto Lopes		
Depósitos à ordem e a prazo	38 761,72	38 280,12
Juros a Receber	147,36	48,82
	<u>38 909,08</u>	<u>38 328,94</u>

10.3 – Outros instrumentos financeiros

De acordo com a decisão da Assembleia Geral de 30 de novembro de 2021, foi constituído um fundo inicial para a modalidade de Previdência-Reforma, no valor de 100 mil euros, destacado das reservas do Fundo de Ação Social. Este valor foi aplicado em unidades de participação de 2 fundos multi-ativos, sob gestão da Caixa Gestão de Ativos e classificados em outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de “*Outros instrumentos financeiros*”, encontravam-se com os seguintes saldos:

Outros Instrumentos financeiros

	Saldo em 31/12/2022	Aquisições	Abates e Alienações	Perdas por redução / Ganhos por aumento justo valor	Saldo em 31/12/2023
Outros ativos financeiros	96 290,09	-	-	5 513,61	101 803,70
	96 290,09	-	-	5 513,61	101 803,70

10.4 – Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e Depósitos bancários

	2023	2022
Caixa	1 225,24	1 480,95
Depósitos à ordem	80 969,83	308 337,74
Depósitos a prazo	1 203 900,00	895 000,00
	1 286 095,07	1 204 818,69

10.5 – Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores gerais	56 684,79	40 883,91
Médicos e Entidades convencionadas	4 436,35	6 632,68
	61 121,14	47 516,59

10.6 – Outras Contas a Pagar e Diferimentos passivos

As rubricas Outras contas a pagar e Diferimentos desdobram-se da seguinte forma:

Outros Passivos Correntes

	2023	2022
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	28 364,06	26 881,64
Outros acréscimos de gastos	10 998,89	9 374,70
	39 362,95	36 256,34

Diferimentos

	2023	2022
Diferimentos de Rendimentos		
Rendas	24 062,82	25 792,82
Adicional de Publicidade	711 192,57	711 192,57
Outros	901,41	-
	736 156,80	736 985,39

11 – Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2023 foi de 7 pessoas.

Os gastos incorridos com essas pessoas foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal

	2023	2022
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do pessoal	155 071,68	153 553,31
Encargos sobre Remunerações	34 734,87	34 438,81
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profis.	1 687,01	1 671,84
Outros gastos com Pessoal	18 957,76	27 211,69
	210 451,32	216 875,65

Número de membros dos Órgãos Sociais

	Efetivos	Suplentes
Conselho de Administração	5	4
Conselho Fiscal	3	3
Mesa da Assembleia Geral	3	3
	<u>11</u>	<u>10</u>

Os titulares dos Órgãos Associativos não auferiram qualquer remuneração. O exercício das suas funções é feito em regime de voluntariado.

12 – Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas. As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 15 de março de 2024.

13 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade tem a sua situação regularizada perante o Estado e a Segurança Social.

14 – Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

14.1 – Fundos Patrimoniais

Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais

	Saldo em 31/12/2022	Aumentos e Reavaliações	Aplicação de resultados	Saldo em 31/12/2023
Fundos				
Capital por Morte	9 025,74	-	(468,08)	8 557,66
Saúde	699 591,84	-	(63 275,72)	636 316,12
Solidariedade Associativa	88 303,33	-	5 774,20	94 077,53
Previdência-Reforma	99 578,55	-	(12 937,86)	86 640,69
Reservas Legais	159 376,93	-	58,33	159 435,26
Outras Reservas				
Fundo de Ação Social	13 295 691,07	398 819,40	-	13 694 510,47
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	(11 038,13)	41 701,79	-	30 663,66
Fundo Norberto Lopes	37 757,02	580,14	-	38 337,16
Reserva Especial p/ Valorização Património	4 333 109,58	-	-	4 333 109,58
Resultados transitados	90 216,88	-	-	90 216,88
Excedentes de revalorização	2 921 982,37	-	-	2 921 982,37
Outras variações no capital próprio	62 324,80	-	-	62 324,80
Resultado líquido do exercício	(70 849,13)	62 377,58	70 849,13	62 377,58
	<u>21 715 070,85</u>	<u>503 478,91</u>	<u>-</u>	<u>22 218 549,76</u>

14.2 – Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros apresentaram a seguinte evolução no exercício:

Investimentos Financeiros - Fundo de Ação Social

	Saldo em 31/12/2022	Aquisições	Abates e Alienações	Perdas/Ganhos por aumento/redução justo valor	Saldo em 31/12/2023
Obrig. diversas detidas até maturidade	391 121,21	-	-	-	391 121,21
U.P. Fundos	13 309 256,83	565 179,56	890 324,80	740 254,70	13 724 366,29
	<u>13 700 378,04</u>	<u>565 179,56</u>	<u>890 324,80</u>	<u>740 254,70</u>	<u>14 115 487,50</u>

Perdas por Imparidade - Fundo de Ação Social

	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
Obrig. diversas detidas até maturidade	391 121,21	391 121,21
	<u>391 121,21</u>	<u>391 121,21</u>

14.3 – Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldos Devedores		
IVA - A Recuperar	473,61	4 105,17
	<u>473,61</u>	<u>4 105,17</u>
Saldos Credores		
Retenção imposto s/ rendimento	2 635,87	3 374,50
Contribuição p/ Segurança Social	3 692,29	3 455,38
	<u>6 328,16</u>	<u>6 829,88</u>

Lisboa, 15 de março de 2024

O Conselho de Administração

António Borga (presidente)

Luísa Bessa (vice-presidente)

José Fragoso (vogal)

Waldemar Abreu (vogal)

Júlio Roldão (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira

(CC 3301)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. PARECER

Nos termos da lei e dos Estatutos da Casa da Imprensa, vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas de 2023, que lhe foi apresentado pelo Conselho de Administração. Numa conjuntura económica complexa, ainda marcada pela inflação relativamente alta, os resultados obtidos em 2023 vieram confirmar a inversão da tendência de prejuízos que se antecipava no orçamento.

O exercício beneficiou da manutenção de uma gestão prudente, de um comportamento muito positivo dos rendimentos prediais e, de forma crucial, do efeito da subida das taxas de juro nos resultados da modalidade de Capital Pagável por Morte.

Para além disso, a tendência a que se assiste nos resultados do Cartão de Saúde, com uma elevada adesão que revela a importância e o sucesso deste instrumento junto dos associados, traz ao mesmo tempo desafios e preocupações no que diz respeito à manutenção do equilíbrio financeiro desejado. Assim sendo, tendo em conta o perfil das contas apresentadas, o Conselho Fiscal assinala como positiva a melhoria dos resultados obtidos e recomenda que se mantenha uma gestão prudente e pró-ativa no domínio da saúde, que impeça a acumulação de riscos e permita à Casa da Imprensa lidar com a pressão financeira

decorrente das tendências a que se assiste no sector da Saúde e a nível demográfico.

O Conselho Fiscal congratula-se ainda com a diversificação dos serviços prestados pela Casa da Imprensa aos seus associados, incluindo a nova oferta da especialidade de psiquiatria, e destaca a importância dos apoios sociais disponibilizados através do Fundo de Ação Social, que regressou a uma tendência de valorização dos seus ativos. Mostra igualmente satisfação com o facto de, apesar das desistências determinadas pela crise que atinge o sector, se ter registado um aumento líquido do número de associados da Casa da Imprensa. Esta capacidade para garantir novas adesões e diversificar a massa associativa é fundamental para assegurar a sustentabilidade da Casa da Imprensa e é, por isso, fundamental que seja reforçada.

O Conselho Fiscal não pode também deixar de sublinhar o variado leque de iniciativas culturais realizadas, como as exposições e o Coro da Casa da Imprensa, e de elogiar o papel desempenhado pela Casa da Imprensa, em conjunto com o Sindicato dos jornalistas e o Clube de Jornalistas, na organização do V Congresso dos Jornalistas Portugueses.

Pelo atrás exposto, o Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável ao relatório e contas de 2023.

Lisboa, 18 de março de 2024

O Conselho Fiscal

Helena Garrido (Presidente)

Sérgio Anibal (Relator)

Sónia Santos Pereira (Secretária)



Casa da Imprensa
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

www.casadaimpresa.pt

Sede:

R. da Horta Seca, 20 - 1200-221 Lisboa

Telefs.: 21 342 02 77 / 78 • Fax: 21 346 79 45 • E-mail: geral@casadaimpresa.pt

Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 19:00

Delegação Porto:

R. Fernandes Tomás, 424 - 4º - Salas 1/5 4000-210 Porto

Telef.: 22 510 53 10 • Fax: 22 510 53 10

E-mail: porto@casadaimpresa.pt • geral@casadaimpresa.pt

Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 12:30 e das 13:30 às 17:30